

**Informação nº 96/2020 – DIASP3**

Brasília-DF, 2 de outubro de 2020.

Processo nº: 00600-00001992/2020-76-e

Jurisdicionada: Secretaria de Estado de Saúde do DF – SES/DF

Assunto: Dispensa de Licitação

Ementa: Dispensa de Licitação nº 9/2020. Testes de IgG e IgM da COVID-19. Lei nº 13.979/2020. Exame de regularidade. Oitivas. Manifestação da SES/DF e da empresa Methabio Farmacêutica do Brasil Ltda. Ofícios nºs 517, 550 e 564/2020-CF. Ação Penal decorrente da denominada “Operação Falso Negativo”. Análise. Concessão de cautelar. Envio de cópia dos autos ao MPDFT e ao TCU. Sobrestamento de audiências. Alertas à SES/DF.

Senhor Diretor,

Tratam os autos da Dispensa de Licitação nº 9/2020, realizada pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF no âmbito do Processo GDF SEI 00060.00106136/2020-61¹, ratificada pelas publicações no DODF nº 58 (edição extra) de 23/04/2020 e nº 96 de 22/05/2020 (peça 1, e-DOC EF46C4D5), conforme o seguinte detalhamento:

Tabela 1 – Discriminação das despesas

| | | |
|-----------------|--|-------------------|
| Contratante: | Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF | |
| Processo GDF | 00060.00106136-2020-61 (*) | |
| Contratada/CNPJ | Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda. (CNPJ 03.394.819/0005-00) | R\$ 20.985.000,00 |
| | Goyazes Biotecnologia Ltda. ME – GBIO (CNPJ 05.658.906/0001-11) | R\$ 795.000,00 |
| | PMH – Produtos Médicos Hospitalares – LTDA. (CNPJ 00.740.696/0001-92) | R\$ 10.950.000,00 |
| Valor | R\$ 32.730.000,00 | |

¹ Cópia dos documentos juntados ao Processo GDF SEI 00060.00106136/2020-61, até a data da conclusão da Informação nº 61/2020-DIASP3, foi associada a estes autos no Sistema e-TCDF.

(*) Processo GDF SEI nº 00060.00106136/2020-61



| | |
|------------------|---|
| Objeto | Aquisição em caráter emergencial de teste rápido para detecção qualitativa específica de IgG e IgM da COVID-19 para atender a demanda da Rede SES/DF. |
| Vigência | Entrega imediata. |
| Fundamento legal | Lei nº 13.979/2020, art. 4º. |

Fonte: Informação nº 61/2020-DIASP3 (peça 3, e-DOC B389BCF7)

2. Após análise ao Processo SEI nº 00060.00106136/2020-612, o Tribunal exarou a Decisão nº 2748/2020 (peça 7, e-DOC FAF582FA), de seguinte teor:

“I - tomar conhecimento: a) dos procedimentos da Dispensa de Licitação nº 9/2020, realizados pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, no âmbito do Processo GDF SEI nº 00060.00106136-2020-61 (cópia juntada aos autos na forma de documento associado); b) da Informação nº 61/2020 – DIASP3 (e-DOC B389BCF7-e) e dos Papéis de Trabalho nºs 1 e 2/2020 (e-DOCs B5BF7914-e e C70348F5-e, respectivamente, juntados aos autos na forma de documento associado); II - com fulcro no art. 248, inciso V, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal – RI/TCDF, fixar prazo de 10 (dez) dias para que: a) a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF manifeste-se acerca das impropriedades contidas na Informação nº 61/2020 – DIASP3, devendo encaminhar documentação comprobatória no caso de discordância; b) as empresas Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda. e Methabio Farmacêutica do Brasil Ltda. EPP, caso tenham interesse, possam se manifestar acerca das falhas apontadas na instrução alusivas ao fornecimento complementar do item 1 da Dispensa de Licitação nº 9/2020 – SES/DF, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa; III - autorizar: a) o envio de cópia da Informação nº 61/2020 – DIASP3 (e-DOC B389BCF7-e), dos Papéis de Trabalho nºs 1 e 2/2020 (e-DOCs B5BF7914-e e C70348F5-e, respectivamente), do relatório/voto do Relator e desta decisão à SES/DF e às empresas Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda. e Methabio Farmacêutica do Brasil Ltda. EPP, a fim de subsidiar suas manifestações; b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – Seasp/TCDF, para adoção das medidas cabíveis, autorizando-se, desde logo, a realização de inspeção na SES/DF e onde mais se fizer necessário.” (grifos nossos)

3. Foram realizadas as notificações de praxe (peça 8, e-DOC 3B53515F e peça 11, e-DOC A7BD7FDB), exceto quanto à empresa Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda. Conforme Certidão elaborada pela Secretaria das Sessões (peça 12, e-DOC 6140975F), não foram bem sucedidas as tentativas de envio eletrônico do Ofício nº 5608/2020-GP (peça 26, e-DOC 8C4E905B). Em face disso, o mencionado expediente fora encaminhado ao Protocolo para tentativa de entrega via Correios, o que também não foi possível, conforme consta da peça 27 (e-DOC 76DEFB9F).

² Associado aos presentes autos no Sistema e-TCDF.



4. Assim, dando cumprimento ao item II da Decisão supra, foram juntadas aos autos apenas a manifestação da SES/DF – Ofício nº 5181/2020-SES/GAB (peça 16, e-DOC 19E7AE14) e os demais documentos que o acompanham (peças 17, 18 e 19) – e a manifestação da empresa Methabio Farmacêutica do Brasil Ltda. EPP (peça 15, e-DOC E984745D).

5. De relevância para os autos, consta também o Ofício nº 517/2020-CF (peça 24, e-DOC 0278E78F), por meio do qual a Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira noticiou que o atual Secretário de Estado de Saúde já foi³ sócio da empresa Goyases Biotecnologia Ltda. ME – GBIO, uma das contratadas da dispensa de licitação em análise.

6. Encontravam-se os autos em instrução, quando foi divulgado pela imprensa⁴ o ajuizamento de Ação Penal (peça 28, e-DOC 9188A024), por parte do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, contra 15 pessoas investigadas no âmbito da denominada “Operação Falso Negativo”, dentre as quais a cúpula⁵ da Secretaria de Estado de Saúde.

7. Registre-se que o Processo ora analisado faz parte da narrativa criminosa discurrida na Denúncia relacionada à aquisição de testes, por parte da SES/DF, em que pese seja ali mencionado que a acusação relacionada com os crimes praticados neste Processo será apresentada tão logo se encerrem as investigações⁶ no PIC⁷ nº 08/2020-GAECO/MPDFT.

³ No período compreendido entre 2003 e 2008.

⁴ Disponível em <https://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/comunicacao-menu/sala-de-imprensa/noticias/noticias-2020/12366-mpdft-denuncia-15-investigados-na-operacao-falso-negativo-2>. Consulta em 29/09/2020.

⁵ Ai incluídos 9 (nove) servidores da SES/DF: o Secretário, os Secretários Adjuntos de Assistência à Saúde e de Gestão em Saúde, o Subsecretário de Administração Geral, o Subsecretário de Vigilância em Saúde, o Diretor do Laboratório Central de Saúde Pública do DF – LACEN e mais outros três servidores públicos.

⁶ Onde são oferecidas acusações para os crimes praticados nos Processos 00060.00173692/2020-42 e 00060.00180684/2020-52. No âmbito do TCDF, existem os processos nºs 00600-00002631/2020-47 e 00600-00002630/2020-01, que apuram, respectivamente, os fatos apontados em representações sobre esses processos.

⁷ Procedimento Investigatório Criminal.



8. Por meio dos Ofícios nºs 550/2020-CF (peça 31, e-DOC 3855D581) e 564/2020-CF (peça 32, e-DOC 8AAF4E5A), a Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira encaminhou cópia das petições iniciais das ações penais decorrentes das fases 2 (peça 30, e-DOC 1AA6E782) e 3 (peça 29, e-DOC 771362EE) da já citada “Operação Falso Negativo”.

9. Portanto, coube à presente Instrução analisar se os esclarecimentos apresentados pela SES/DF e pela empresa Methabio são suficientes para sanar os apontamentos realizados pela Informação nº 61/2020-DIASP3 (peça 3, e-DOC B389BCF7), que subsidiou a Decisão nº 2748/2020.

10. Na oportunidade, a Instrução também abordou a citada Ação Penal e os Ofícios nºs 517, 550 e 564/2020-CF.

11. Para facilitar o entendimento, apresentaremos os esclarecimentos ofertados em face da referida Decisão e, após, a análise de cada um dos tópicos abordados na Informação antes mencionada. Dessa forma, a Instrução foi desmembrada conforme a seguinte distribuição:

I – Das Manifestações;

- I.1 – Da SES/DF;
- I.2 – Da empresa Methabio;

II – Da Análise das Manifestações;

- II.1 – Da Fundamentação para a Dispensa de Licitação;
- II.2 – Da Definição do Objeto;
- II.3 – Da Escolha do Fornecedor/Direcionamento da Contratação;
- II.4 – Da Justificativa de Preço;

III – Dos demais aspectos destacados na Ação Penal;

IV – Dos Ofícios nºs 517, 550 e 564/2020-CF;

V – Da Conclusão;

VI – Das Sugestões.

(*) Processo GDF SEI nº 00060.00106136/2020-61



I. Das Manifestações

I.1. Da Manifestação da SES/DF (peça 16, e-DOC 19E7AE14)

12. O Ofício nº 5181/2020-SES/GAB se utilizou dos esclarecimentos apresentados pelo Laboratório Central de Saúde Pública – LACEN e pela Subsecretaria de Administração Central – SUAG.

13. A seguir, as considerações trazidas pelo LACEN:

“1. Preliminarmente, informamos que nossas considerações, respostas e informações, se restringem aos pontos presentes no documento de referência, os quais tivemos participação durante o desenrolar do processo citado. Em relação aos demais itens, nos reservamos o direito de não emitir qualquer consideração, resposta ou informação, à medida que, além de não termos participado, direta ou indiretamente, cabem exclusivamente àqueles com competência e autoridade para fazê-lo;

2. Basicamente, para esse processo de aquisição, o Laboratório Central de Saúde Pública do Distrito Federal - Lacen/DF, foi demandado em relação aos seguintes aspectos: elaboração da especificação técnica dos produtos, seus respectivos quantitativos e da análise técnica das propostas apresentadas pelas empresas participantes;

3. Em relação ao descrito na linha 25 do capítulo III.2, da informação 061/2020-DIASP3: informamos que a elaboração dos Documentos: de Oficialização de Demanda - DOD e de Consolidação de Demanda - DCD, foi de nossa responsabilidade. O fato de não providenciarmos a busca ativa junto às “áreas demandantes”, que no caso seriam as unidades de saúde da rede assistencial, deixamos de fazê-la por dois motivos: primeiro, que o Lacen não possui vínculo hierárquico com aquelas unidades, pois pertencem a outra subsecretaria; segundo, mesmo que fosse providenciada tal medida, não teríamos sucesso, pois, se nós, que somos laboratório de referência distrital, estávamos com extrema dificuldade de estabelecer essa estimativa, por ausência de referência, para as unidades de saúde seria ainda maior. Em realidade, não entendíamos, para esse caso específico, que fosse essencial essa ação.

4. Em relação ao descrito na linha 26 do capítulo III.2, da informação 061/2020-DIASP3: Inicialmente é essencial esclarecer que nunca havíamos realizado análises tanto sorológicas (para anticorpos IgM e IgG) como para pesquisa de antígeno (ensaio por RT-PCR ou ensaio por fluorescência) da COVID-19. Isso deveu-se ao fato de ser uma doença nova. Em função disso, não tínhamos uma memória histórica de consumo, como também, protocolo que orientasse qual quantitativo seria necessário para atender a necessidade do momento. Tivemos que criar nossa própria estratégia. Decidimos, então, de forma objetiva e racional, utilizar como referência, o quantitativo de análises realizadas para vírus respiratórios em geral (vírus sincicial, H1N1, rinovírus, Influenza A e B, entre outros) nos anos de 2018 e 2019. Dessa forma, para os testes sorológicos (anticorpos IgM e IgG), foi definido o quantitativo de 24.000 testes e, para as análises de Antígenos



(por fluorescência), a mesma quantidade, 24.000. Essas metodologias são utilizadas complementarmente, haja visto que são testes utilizados em períodos distintos da evolução da doença: logo após a exposição ao vírus SARS-COV2 e aparecimento dos primeiros sintomas, deve ser utilizado o ensaio de pesquisa de antígenos, entre o 3º ao 7º dia e, após esse período, a partir do 8º dia a pesquisa de anticorpos. Essa estratégia está descrita no Memorando nº 36/2020 – SES/SVS/LACEN/GBM. O aumento de 24.000 para 50.000 testes, para cada tipo de metodologia, foi motivado pela própria dinâmica da doença, a qual todos fomos aprendendo com o passar dos dias. Porém, destacamos entre outros motivos: o curso natural da Pandemia que indicava o aumento dos casos nos próximos meses, os estudos de transmissibilidade que eram disponibilizados pela comunidade científica; o aumento da curva de casos e mortes no Brasil, no Distrito Federal e entorno; as orientações internacionais e nacionais que afirmavam que a realização de testes em massa era estratégia a ser perseguida; as grandes dificuldades de aquisição de insumos para realização do teste molecular por RT-PCR, como swabs, tubos tipo falcon, kits de extração manuais e automatizados e consumíveis plásticos; a decisão de testar os servidores da saúde e das forças de segurança, que estavam na “frente da batalha”; Em relação aos aumentos posteriores, para 150.000 e 300.000 informamos que as justificativas podem ser observadas nos despachos (37659798, 38211340 e 38402395), do referido processo.

5. Em relação ao descrito na linha 28 do capítulo III.2, da informação 061/2020-DIASP3: o descrito no item anterior atende a questão;

6. Em relação ao descrito na linha 30 do capítulo III.2, da informação 061/2020-DIASP3: tentamos confirmar tal informação junto à página oficial da OMS, porém, não encontramos tal orientação. De qualquer sorte, se à época utilizássemos essa referência, no dia em que concluímos o projeto básico, dia 19 de março de 2020, continuaríamos com o mesmo problema de estimativa, pois à época o número de casos confirmados era de 42;

7. Em relação ao descrito nas linhas 35, 36, 37, 38 e 40 do capítulo III.3, da informação 061/2020-DIASP3: a nossa atuação se restringiu a análise do componente técnico das propostas, verificando se os testes atendiam aos parâmetros solicitados na especificação técnica, tais como: a detecção qualitativa específica de IgG e IgM; o fornecimento dos insumos, consumíveis, acessórios e soluções necessárias à execução do teste; a presença de controle positivo no cassete de reação e o registro do produto junto à ANVISA. Não era nossa responsabilidade, manifestação quanto aos valores das propostas, habilitação jurídica, contábil e financeira. Esta afirmação pode ser verificada, nos pareceres técnicos nº1/2020 (37622264), nº40/2020 (38135077), nº45/2020 (38391902), nº46 (38465612), nº47 (38487074) e no despacho (38173182).”

14. Por sua vez, dado que a argumentação da SUAG é bem extensa, apresentar-se-á uma síntese:



- a metodologia da definição dos quantitativos é atribuição da área responsável pelo objeto da aquisição/contratação;
- acerca do enquadramento da contratação foi informado o acolhimento das recomendações do Tribunal e que consta do Projeto Básico a referência ao art. 4º da Lei Federal nº 13.979/2020;
- a pesquisa de preço realizada pela SES/DF é datada de 20/03/2020, enquanto a realizada pelo Tribunal se refere ao período compreendido entre 26/03/2020 e 22/04/2020;
- a pesquisa realizada pela SES/DF não retornou nenhuma compra pública com descritivo aprovado pela área técnica;
- a alta demanda por testes rápidos, no Brasil e no Mundo, influenciou o aumento dos preços ofertados pelas empresas e exemplificou essa volatilidade ao longo dos meses, conforme tabela a seguir:

Tabela 2 – Média de Preços

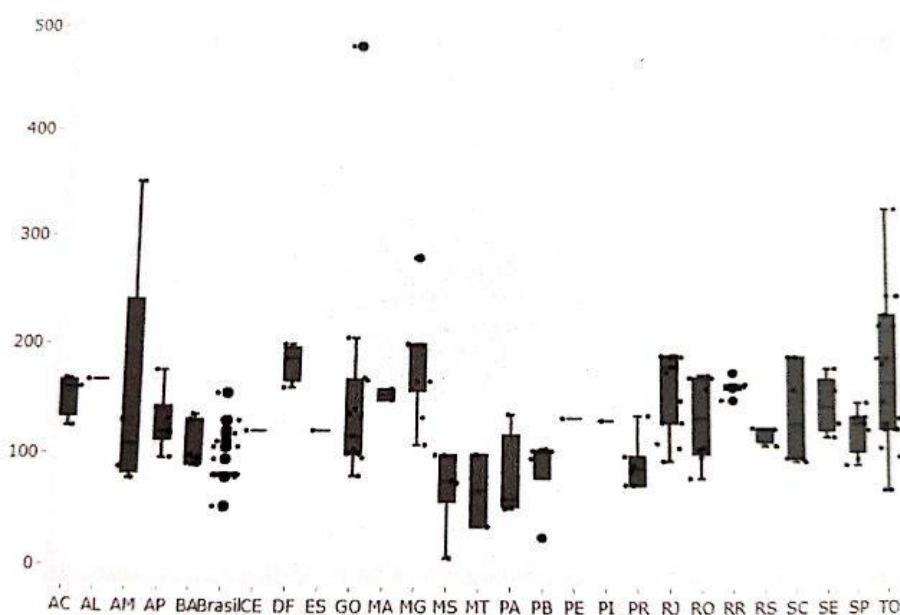
| Mês | Média de Preços |
|-------|-----------------|
| Março | 816,3227 |
| Abril | 124,1522 |
| Maio | 371,3168 |
| Junho | 296,3671 |
| Julho | 38,5813 |

- na ratificação da dispensa de licitação o então Secretário se utilizou da prerrogativa disposta no § 3º do art. 4º da Lei nº 13.979/2020, no sentido de possibilitar a contratação por valores superiores, decorrentes da variação de preços, desde que justificada;
- descreveu todo o procedimento de recebimento e análise das propostas, no qual várias empresas que teriam apresentado melhores preços acabaram por desistir ou tiveram as propostas recusadas, devido não atenderem aos requisitos do certame;



- lembrou que a primeira coleta de propostas não foi finalizada, haja vista que Despacho da Secretaria teria orientado o encaminhamento de novo ofício de coleta de propostas, aumentando o número de testes e passando o prazo de entrega para 24 horas;
- ainda que fosse possível, nessa segunda convocação a empresa Methabio não elaborou nova proposta. Por outro lado, não haveria possibilidade de aproveitar a primeira proposta dessa empresa devido às alterações substanciais no Projeto Básico. Ademais, se assim tivessem procedido, essa metodologia deveria ser adotada com todos, o que faria com que essa empresa continuasse a não ser a que apresentaria o menor preço;
- informou que a escolha dos fornecedores se deu pelo menor preço por item, desde que atendidas as exigências do Projeto Básico. A seguir, passou a discorrer sobre essas exigências;
- página da Controladoria Geral da União traz gráfico com a variação dos valores pagos para os testes rápidos, por Unidade da Federação, que indicaria a existência de valores superiores aos pagos pelo Distrito Federal, conforme segue:

Gráfico 1 – Levantamento da CGU sobre a aquisições de testes, por UF





- de toda sorte, as medidas de aperfeiçoamento dos procedimentos de pesquisa de preços determinadas pelo Tribunal seriam atendidas;
- características requeridas das propostas: validade inferior a 90 dias; compatibilidade do produto ofertado com as especificações do certame; formalizada em papel timbrado, datada, assinada; indicação do registro dos produtos na Anvisa, bem como sua validade; informações da Proponente, como endereço físico, eletrônico e CNPJ; discriminação do preço unitário e total de cada item, incluindo tributos, encargos sociais, frete, seguro e demais despesas que venham a incidir sobre o objeto da dispensa;
- parecer técnico atestando a compatibilidade da proposta com as especificações do edital;
- habilitação jurídica: cédula de identidade do responsável pela assinatura do contrato; registro comercial (empresa individual); ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e devidamente registrado (sociedades comerciais); além das exigências da sociedade comercial, documento de eleição dos administradores (sociedade por ações); decreto de autorização (empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país);
- habilitação fiscal e trabalhista: prova de inscrição de CPF e CNPJ; ramo de atividade compatível com o objeto contratual; prova de regularidade com a Fazenda Nacional, referente aos tributos federais e à dívida ativa; certidão negativa de débitos ou positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Economia do Governo do DF; certificado de regularidade do FGTS; certidão negativa de débitos trabalhistas e das contribuições previdenciárias; a empresa deve estar cadastrada e habilitada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
- qualificação técnica: registro ou inscrição na entidade profissional competente; comprovação de aptidão para o desempenho da atividade, em termos de características, quantidades e prazos;
- qualificação econômico-financeira: balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, vedada a sua substituição por balancetes



ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta; Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

- outras declarações: de superveniência de fato impeditivo da habilitação exigida; de que não usa mão-de-obra de menor de 18 anos para trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres; de que não possui servidor da Administração direta ou indireta no quadro societário da empresa; e
- manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame.

I.2. Da Manifestação da empresa Methabio (peça 15, e-DOC E984745D)

15. Transcreve-se, a seguir, o que a empresa discorreu acerca dos apontamentos lançados na Informação nº 61/2020-DIASP3:

“1. A peticionário participou de Dispensa de Licitação para aquisição de testes para detecção do vírus da COVID19 (Teste rápido qualitativo para detecção de IGG/IGM e Teste rápido qualitativo por fluorescência para detecção do antígeno da COVID19, nomeado simplesmente como ‘teste de SWAB’)

2. Nesta linha, cumpre informar inicialmente que a empresa **METHABIO existe desde 2007, portanto com 13 anos de trabalho prestado** junto a indústria farmacêutica, de insumos hospitalares e na área de diagnóstico. Atualmente possui contratos vigentes em mais de 20 estados da Federação, **NUNCA** esteve envolvida em qualquer denúncia de irregularidade, certificação de produtos, bem como em **NENHUMA** denúncia relativa a irregularidade procedimental.

3. Seus produtos advêm das maiores distribuidoras e fabricantes do ramo no mundo, fato este que lhes exige rigoroso programa de compliance nas relações havidas com órgãos públicos - pois é periodicamente examinado e validado pelas empresas que representa.

4. Afirma-se, portanto, a solidez e idoneidade da empresa, de seus sócios e de todo seu corpo profissional, cuja atuação no procedimento investigado foi pautada, repita-se, pela absoluta regularidade comercial.



5. A empresa encaminhou exatamente uma proposta para cada Ofício recebido, inclusive, com a respectiva alteração dos quantitativos.

6. Vale destacar brevemente que o produto SWAB da METABIO não tem 'concorrência' no mercado nacional, já que a empresa é a **ÚNICA, até a data da DL, que possuía certificação e registro para fornecimento do teste com a especificação descrito no item 02,** qual seja, 'teste swab por fluorescência' realizados em máquina, sendo este um tipo de teste **QUALITATIVO** (que informa positivo ou negativo e ainda emite relatório detalhado fornecendo ao médico laudo mais detalhado com informações complementares). O teste da **METHABIO não é do tipo quantitativo** (aquele que informa somente se positivo ou negativo naquele momento).

7. Importante chamar atenção nesse ponto para **as especificações técnicas**. SWAB um grande 'cotonete' usado para a coleta de secreção nas vias aéreas do paciente. Atualmente existem dois testes que usam SWAB para pesquisa do antígeno da COVID19, **RT-PCR (Biologia Molecular) e FLUORESCENCIA (detecção direta do vírus)**. **O RT-PCR demanda grande estrutura centralizada (LACEN-DF), tempo e logística de transporte, demorando no mínimo 72 horas para liberação do resultado, podendo demorar até 10 dias.** O teste de FLUORESCENCIA que a METHABIO oferece **detecta o vírus da COVID19 em trinta minutos logo após a coleta, sem a necessidade de transporte e estruturas caras e complexas.** O objetivo das DLs era a aquisição de testes para **implementação de testagem em massa**, amplamente divulgado pela mídia, **daí a busca por um produto que conseguisse dar vazão a essa demanda!**

8. Segundo se verifica nos autos fora anexada tabela de pesquisa de preço de compras governamentais. Ocorre que a descrição está pedindo o tipo **RT-PCR (Biologia Molecular)** e as empresas que cotaram estes preços registrados na tabela anexada aos autos não trabalham com este tipo de teste e nem com o tipo **FLUORESCENCIA (detecção direta do vírus)**. Como está acontecendo com frequência durante a pandemia, muitas vezes as empresas entram nas licitações sem cumprimento de todas as certificações.

9. Em que pese a qualidade indiscutível dos testes de RT-PCR, os testes comercializados pela METHABIO têm a capacidade real de salvar vidas e evitar contaminações ao detectar a infecção pelo COVID-19 antes do período que leva o paciente à internação em UTIs, **pois o primeiro requer tempo para sua execução e liberação de resultados e tempo é exatamente o que não se tem em estado de pandemia decorrente de um vírus com alto nível de propagação e contágio!**

10. Ademais a METHABIO não teve acesso a nenhuma ata de validação técnica relativa a esses testes e a essas DLs. O que é sabido é que **muitas empresas apresentaram o item com a**



especificação errada, além de terem iniciado o processo da DL com o processo de registro e validação pendente junto à ANVISA.

11. Por fim, informa que disponível para apresentar qualquer outra informação pertinente, mas que desde já consigna que em nenhum momento compactuou com qualquer irregularidade procedimental tendo enviado as competentes propostas com os valores de acordo com a realidade do mercado há época.”

II. Da Análise das Manifestações

II.1. Da Fundamentação para a Dispensa de Licitação

16. A Dispensa de Licitação nº 9/2020 teve como fundamento as disposições contidas no art. 4º da Lei nº 13.979/2020, que permite a utilização desse tipo de contratação para a aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento do novo coronavírus (Covid-19).

17. Segundo a Informação nº 61/2020-DIASP3, teria ficado registrado no Documento Consolidador de Demanda - DCD (Doc 37321124, pág. 14*) que outras formas de suprir a aquisição pretendida teriam sido avaliadas, mas essa teria sido a alternativa viável, sobretudo pelo fato de que não foram identificadas contratações em andamento ou contratos firmados que atendessem às especificações requeridas.

18. Considerando a recomendação da Organização Mundial de Saúde – OMS no sentido da aplicação em massa de testes de diagnósticos para o coronavírus, com o intuito de permitir de forma rápida o isolamento e o rastreamento dos contatos, e os demais argumentos lançados no DCD, aquela Informação considerou aceitável a adoção dessa forma de contratação.

19. Por outro lado, constatou que, apesar de ter sido juntado aos autos o Parecer Referencial nº 002/2020 - PGDF/PGCONS da PGDF (Doc 37686688, Págs. 236/267*), não há manifestação da área jurídica da SES/DF atestando que as contratações objeto do processo em exame se enquadram nos parâmetros e pressupostos do mencionado Parecer, tampouco que foram observadas as suas orientações, contrariando as exigências do Órgão Consultivo.

(*) Processo GDF SEI nº 00060.00106136/2020-61



20. Sobre esse aspecto, a manifestação da SES/DF limitou-se a informar que o enquadramento da contratação foi descrito no Projeto Básico (art. 4º da Lei Federal nº 13.979/2020) e que acolhia as determinações desta Corte de Contas.

21. Tendo em conta alteração legislativa, o citado Parecer Referencial foi substituído pelo de nº 013/2020 - PGDF/PGCONS, que manteve boa parte de seus dispositivos. Assim, referendamos a proposta contida na Informação nº 61/2020-DIASP3, com ajuste redacional, no sentido de alertar ao titular da SES/DF que, na instrução de processos com fundamento no Parecer Referencial nº 013/2020 - PGDF/PGCONS, devem constar:

- a) cópia integral deste Parecer Referencial com as cotas de aprovação do Procurador-Chefe e do Procurador-Geral do Distrito Federal ou do Procurador-Geral Adjunto; e
- b) declaração da autoridade competente para a prática do ato de que a situação concreta se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial e que serão observadas suas orientações, conforme modelo anexo à Portaria PGDF nº 115/2020.

II.2. Da Definição do Objeto

22. O objeto do certame em análise era a aquisição em caráter emergencial de testes rápidos para detecção qualitativa específica de IgG e IgM da COVID-19, para atender a demanda da Rede SES/DF. Referida demanda foi subdividida em dois itens:

- **Item 1:** Teste rápido para detecção qualitativa específica de IgG e IgM do COVID-19. Teste rápido, através da metodologia de imunocromatografia, destinado a detecção qualitativa específica de IgG e IgM do COVID-19, podendo ser utilizado em amostras de sangue total, soro e plasma; e
- **Item 2:** Teste rápido qualitativo por fluorescência para detecção de antígenos de SARS-CoV-2 (COVID-19). Em amostras de swab nasofaringe e/ou orofaringe com resultados em até uma hora.

23. De acordo com o art. 4º-B da Lei nº 13.979/2020:

“Art. 4º-B Nas dispensas de licitação decorrentes do disposto nesta Lei, presumem-se atendidas as condições de:



- I - ocorrência de situação de emergência;*
- II - necessidade de pronto atendimento da situação de emergência;*
- III - existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e*
- IV - limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência.”*

24. Segundo a Informação nº 61/2020-DIASP3, a solicitação dos itens a serem adquiridos possui descrição sucinta, clara e suficiente, acompanhada das razões de interesse público que justificam a contratação emergencial, em consonância com os três primeiros incisos do dispositivo supra.

25. Por outro lado, constatou-se a necessidade de aperfeiçoamento da definição das unidades e quantidades a serem adquiridas, requisito previsto no item IV do art. 4º- B da Lei nº 13.979/2020.

26. Para justificar esse argumento, abordou os seguintes aspectos:

- não foram realizadas buscas ativas em todas as possíveis áreas demandantes (Doc 37321124, pág. 14*), o que contribuiu para as reiteradas alterações dos quantitativos dos itens inicialmente previstos;
- conforme consta do Memorando nº 36/2020 – SES/SVS/LACEN/GBM, a previsão inicial do quantitativo era de 24.000 unidades para o item 1 e 24.000 unidades para o item 2 (Doc 37174587, pág. 3*). Posteriormente, ainda no Projeto Básico inicial de 17/03/2020, os quantitativos foram alterados para 50.000 unidades, para cada um dos itens (Doc 37307845, pág. 5*). Em seguida, foram promovidas alterações no Projeto Básico assinado em 26/03/2020, passando ambos os itens a contemplar 150.000 unidades (Doc 376902, pág. 269*). Novas alterações no Projeto Básico de 06/04/2020, em função do Despacho do titular da SES/DF (Doc 38211340, pág. 613*), resultaram na modificação do quantitativo do item 1 para até 300.000 unidades e na supressão do item 2 (Doc 38254980, pág. 618*);
- a metodologia de cálculo do quantitativo demandado não seguiu o que foi informado no Projeto Básico (consumo médio mensal x 12 meses), descumprindo o art. 7º, § 4º, da Lei nº 8.666/1993, que veda a inclusão no

(*) Processo GDF SEI nº 00060.00106136/2020-61



objeto da licitação de itens “*sem previsão de quantidades ou cujos quantitativos não correspondam às previsões reais do projeto básico ou executivo.*”. Ainda de acordo com essa mesma Lei, art. 15, § 7º, II, os quantitativos dos itens a serem adquiridos devem ser estimados “*em função do consumo e utilização prováveis*” e essa estimativa deverá ser obtida “*sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas de estimação*”; e

- a Organização Mundial da Saúde - OMS⁸ recomenda que o número de testes ideal é de 10 a 30 vezes o número total de infectados, quantitativo que seria reduzido assim que houvesse constatação de um quadro de melhora dos pacientes.

27. Como decorrência de tamanha instabilidade nos quantitativos, a Informação nº 61/2020-DIASP3 destacou seu reflexo na estimativa de preços e na certificação da adequação orçamentária e financeira, exigências previstas no art. 4º-E, incisos VI e VII, da Lei nº 13979/2020. A esse respeito, vale informar:

- documentos acostados aos autos demonstram que o valor total estimado da contratação apresentou variações significativas durante a realização do procedimento, iniciando em R\$ 11.100.000,00, depois R\$ 40.500.000,00 e, por fim, R\$ 33.000.000,00⁹ (Doc 37401027, pág. 48*; Doc 37727283, pág. 283*; Doc 8356709, pág. 674*); e
- em que pese as diversas versões do Projeto Básico indiquem que “*A dotação orçamentária será informada por setor competente do FSDF/SES.*” (Docs nºs 37307845, 37690293, 38254980; págs. 7*, 271*, 619*), essas informações foram prejudicadas pela variação nos quantitativos. A título de exemplo, no Doc 38967644 (pág. 905*), de 22/04/2020, há informação de insuficiência da dotação orçamentária. Somente no Doc 40101319 (pág. 982*), de 13/05/2020, e Doc 40368723 (pág. 1004*), de 19/05/2020, houve pronunciamento quanto à disponibilidade orçamentária, após o cancelamento de notas de empenho.

⁸ Disponível em: <https://olhardigital.com.br/coronavirus/noticia/covid-19-numeros-mostram-que-brasil-faz-menos-testes-do-que-deveria/102059>. Consulta realizada em 19/06/2020.

⁹ Quantitativo: 300.000; Valor Unitário: R\$110,00; Total = R\$ 33.000.000,00



28. Por fim, a respeito dessa temática, a mesma Informação nº 61/2020-DIASP3 ressaltou a realização de alterações no procedimento de compra sem a correspondente atualização da última versão do Projeto Básico que consta dos autos (Doc 38254980; pág. 619*), como as modificações relacionadas com o prazo de entrega e com a possibilidade de oferecimento de propostas com quantitativos inferiores ao total previsto para a aquisição.

29. Em sua manifestação, o LACEN alega que deixou de realizar a busca ativa nas áreas demandantes devido a dois fatores: a) o LACEN não possui vínculo hierárquico com as unidades de saúde; e b) mesmo que a busca fosse realizada não obteria êxito, pois o próprio laboratório não possuía referência, quiçá as unidades de saúde.

30. Acrescentou que, por ser uma doença nova, não havia um histórico de consumo para esse tipo de teste, sendo necessário criar estratégia própria. No caso, utilizaram como referência o quantitativo de análises realizadas para vírus respiratórios em geral (vírus sincicial, H1N1, rinovírus, Influenza A e B, entre outros), nos anos de 2018 e 2019, o que teria resultado em 24.000 testes sorológicos e outros 24.000 para análise de antígenos, conforme registrado no Memorando nº 36/2020 – SES/SVS/LACEN/GBM.

31. A partir daí, a alteração de 24.000 para 50.000 testes tem como justificativa a própria dinâmica da doença, a dificuldade de aquisição de insumos para a realização dos testes e a decisão de testar os servidores das áreas de saúde e segurança. Já os aumentos posteriores, para 150.000 e 300.000, estariam registrados nos documentos constantes às folhas 224/225*, 613* e 778/779* do Processo GDF.

32. Em linhas gerais, esses documentos são subscritos pelo próprio Secretário de Estado de Saúde e não abordam a fundamentação técnica para que o novo quantitativo proposto passe a ser o estipulado naqueles documentos. Na verdade, tais quantitativos são justificados pela disseminação crescente da doença e até por dificuldades enfrentadas pelos fornecedores de transportarem os materiais pelas fronteiras locais.

(*) Processo GDF SEI nº 00060.00106136/2020-61



33. Com relação à citada orientação da OMS, o LACEN expõe que, à época da conclusão do Projeto Básico (19/03/2020) o número de casos confirmados era de 42, significando que permaneceria a dificuldade de estimar o quantitativo necessário.

34. Diante de tudo o que foi exposto, embora se reconheça a dificuldade de estimar o quantitativo necessário de testes a realizar, inclusive quanto à realização da busca ativa às áreas demandantes, sobretudo em razão de todas as circunstâncias geradas por uma pandemia decorrente de uma doença nova, fica clara a deficiência dos elementos que subsidiaram as tomadas de decisão quanto às alterações de quantitativos ao longo do processo.

35. Ademais, chama a atenção que as últimas alterações nos quantitativos ocorreram após a seleção das propostas vencedoras, o que gerou a necessidade de reabertura do certame. Nesse contexto, vale ressaltar os seguintes documentos do processo, que servem para facilitar o entendimento sobre sua evolução, podendo também contribuir com a análise dos tópicos seguintes desta Instrução:

- Doc 37174578, págs. 3/4*: Memorando nº 36/2020, de **16/03/2020**, da Gerência de Biologia Médica do LACEN, por meio do qual foi estimada a necessidade de **24.000 testes** para os itens 1 e 2 do certame,
- Doc 37307845, págs. 10/11*: Documento Oficializador da Demanda – DOD, assinado pelo Diretor do LACEN, datado de **17/03/2020** e que subsidiou a primeira versão do Projeto Básico - PB, alterou essa estimativa para **50.000 unidades**, em cada item;
- Doc 37622264, pág. 151*: Parecer Técnico nº 1/2020, de **25/03/2020**, assinado pela Referência Técnica Distrital em Patologia Clínica e pelo Diretor do LACEN, **aprova as propostas vencedoras**, por estarem de acordo com o PB, **item 1 (empresa Tethi, R\$ 94,10) e item 2 (empresa Methabio, R\$ 160,00)**¹⁰;

¹⁰ Na folha 219* consta o resumo das propostas atualizada, uma vez que na folha 148* a proposta da empresa Methabio foi registrada com os valores invertidos, por item.



- Doc 37659798, págs. 224/225*: Despacho do então Secretário de Estado de Saúde, de **26/03/2020**, determinando a suspensão do processo e a sua reabertura com a alteração do quantitativo para **150.000 unidades**, em cada item;
- Doc 37622264, pág. 602*: Parecer Técnico nº 40/2020, de **03/04/2020**, subscrito apenas pelo Diretor do LACEN, aprova o item 2 (empresa Methabio), mas informa que o item 1 (empresa PMH) não possui registro na Anvisa;
- Doc 38160355, págs. 608/609*: Despacho da Diretoria de Aquisições Especiais, de **03/04/2020**, comunica que o produto ofertado pela empresa PMH possui registro na Anvisa, o qual constava da documentação de habilitação encaminhada para parecer técnico;
- Doc 38173182, pág. 610*: Despacho do Diretor do LACEN, de **05/04/2020**, informando que a proposta da empresa PMH atende o PB. Assim, estariam aptas para **o item 1 (empresa PMH, R\$ 73,00) e item 2 (empresa Methabio, R\$ 160,00)¹¹**;
- Doc 38211340, pág. 613*: Despacho do então Secretário de Saúde, de **06/04/2020**, determinando o envio de ofício às empresas para realizarem novas propostas, com prazo de entrega de 24 horas, de modo a adquirir **150.000 unidades para o item 1, podendo chegar a 300.000, no caso de mais de um vencedor**;
- Doc 382549460, págs. 623/626*: Ofício nº 534/2020, de **06/04/2020**, encaminha pedido de **propostas apenas para o item 1, no total de 300.000 unidades**;
- Doc 38481028, pág. 818*: Despacho do então Secretário de Saúde, de **09/04/2020**, informando que dado o não recebimento dos testes, solicita a reabertura do pedido de propostas;

¹¹ Nas folhas 362/364* consta o resumo das propostas e nas folhas 599/600* resumo dos procedimentos que indicaram desistências de algumas empresas.



- Doc 38481182, págs. 819/822*: Ofício nº 637/2020, de **09/04/2020**, encaminha pedido de **propostas apenas para o item 1, para até 300.000 unidades**; e
- Doc 38486881, págs. 836/837*: Proposta da empresa Precisa para fornecimento do **item 1, datada de 10/04/2020, pelo valor de R\$ 139,90**.

36. Como visto, a definição do objeto do certame e suas principais alterações tiveram a participação direta do Diretor do LACEN, Sr. Jorge Antônio Chamon Júnior, como responsável pela área técnica (fls. 8/11*, 151*, 274/275*, 602*, 610* e 620/621*), e do então Secretário de Estado de Saúde, Sr. Francisco Araújo Filho, que determinou, em duas oportunidades, a reabertura do certame, após a seleção das propostas vencedoras (fls. 613* e 610*).

37. Nesse contexto, importante trazer da Ação Penal (peça 28¹², e-DOC 9188A024) trechos que se referem a essa temática:

“Logo na justificativa/motivação apresentada para cada contratação, verificam-se as mesmas considerações, todas elas genéricas e que, portanto, não estavam respaldadas por critérios científicos e técnicos. O responsável principal por essa tarefa foi o denunciado **JORGE CHAMON**, Diretor do Laboratório Central (LACEN), a área técnica da SES/DF. Vale conferir a coincidência das informações nos três primeiros procedimentos licitatórios (SEI/GDF nº 00060.00106136/2020-61, SEI/GDF nº **00060.00159341/2020-29** e SEI/GDF nº **00060-00173692/2020-42**)¹³ (fl. 10**, grifos do original)

“Dentre os diversos subterfúgios operados pela organização criminosa, tem-se que, no 1º procedimento licitatório (autos SEI/GDF nº **00060.00106136/2020-61**), o feito estava caminhando para a fase final quando, de inopino e sem qualquer justificativa concreta aportada aos autos, o denunciado **FRANCISCO ARAÚJO FILHO**, valendo-se de informações genéricas, determinou a reabertura do prazo de apresentação das propostas apenas para os testes do tipo IgG e IgM (documento 38211340). Confira:” (fl. 17**, grifos do original)

“Em nítida convergência de vontades, seguiram-se novo projeto básico capitaneado pelos denunciados **JORGE CHAMON** e **EDUARDO HAGE** (documento 38254980) e, logo após, ofício subscrito pelo denunciado **IOHAN STRUCK** de convocação das propostas (documento 38259460).

Com a apreensão do aparelho celular¹⁸ do denunciado **EDUARDO POJO**, constatou-se que, na realidade, essas medidas coordenadas

¹² As folhas relacionadas a essa peça são identificadas com 2 (dois) asteriscos.



ocorreram apenas porque a empresa de interesse do denunciado **FRANCISCO ARAUJO** não havia apresentado proposta a tempo” (fl. 18**, grifos do original)

38. Essas alterações do objeto do certame, conforme observado na Informação nº 61/2020-DIASP3, prejudicaram a estimativa dos preços e a demonstração da adequação orçamentária e financeira, exigências previstas no art. 4º-E, incisos VI e VII, da Lei nº 13979/2020.

39. Outro aspecto decorrente dessas alterações foi a falta de compatibilidade do Ofício nº 637/2020 – SES/SUAG (Doc 38481182, págs. 819/822*) com a última versão do Projeto Básico (Doc 38254980; pág. 617/621*), a exemplo da possibilidade de oferecimento de propostas com quantitativos inferiores ao total previsto para a aquisição, disposta apenas no citado Ofício.

40. Em que pesem os transtornos causados pelas seguidas alterações no Projeto Básico, a apuração de possível prejuízo suportado pelo Erário será abordada em tópico específico, servindo os achados aqui percebidos como um reforço para as apurações lá relacionadas e como alertas à SES/DF, de modo que situações similares não ocorram novamente.

41. Registre-se, ainda, que a questão da definição dos quantitativos, pelo que se viu na própria Ação Penal, está diretamente ligada a possíveis direcionamentos na contratação, questão tratada a seguir, e atinente ao aspecto criminal das apurações.

42. Nesse sentido, o cruzamento de informações decorrentes de 4 (quatro) processos¹³ relacionados à aquisição de testes da Covid-19 permitiu à apuração penal ter a oportunidade de identificar justificativas não condizentes com os argumentos trazidos nos autos correspondentes. Transcrevemos, a seguir, outro trecho da Ação Penal:

“Na justificativa do quantitativo solicitado nos autos do 1º procedimento licitatório (SEI/GDF nº **00060.00106136/2020-61**) - 100.000 testes, sendo 50.000 do tipo IgG/IgM e 50.000 do tipo swab

¹³ Processos nºs: 00060.00106136/2020-61, 00060.00159341/2020-29, 00060.00173692/2020-42 e 00060.00180684/2020-52.



-, o denunciado **JORGE CHAMON** expressamente menciona que tal quantia abasteceria 'a rede' – ou seja, o Distrito Federal – por um período aproximado de **12 meses**.

Em evidente contradição, e já anunciando o escopo criminoso, **menos de 1 mês depois – em 15/4/2020**, o mesmo denunciado **JORGE CHAMON**, agora no 2º procedimento licitatório (autos SEI/GDF nº **00060.00159341/2020-29**), subscreveu novo projeto básico, exatamente com o mesmo objeto do procedimento anterior, mas com um quantitativo bem maior: 560.000 testes, sendo 500.000 do tipo IgG/IgM e 60.000 do tipo swab.

Ou seja, apesar de **JORGE CHAMON** ter dito, um mês atrás, que 100.000 testes seriam suficientes para abastecer o Distrito Federal durante 12 meses, ele não só impulsionou novo procedimento, como também indicou a necessidade de mais 560.000 testes rápidos.

Além disso, o **denunciado JORGE CHAMON**, para iniciar o plano criminoso da organização criminosa nos autos SEI nº **00060.00159341/2020-29**, inseriu **informações inverídicas** no primeiro documento da nova contratação, denominado “DCD - DOCUMENTO CONSOLIDADOR DE DEMANDA” (documento 38716983), ao responder negativamente ao questionamento acerca da existência de contratação em andamento ou de contrato similar que atendesse à especificação técnica e ao quantitativo do objeto do novo procedimento licitatório. Pois, como dito acima, outra contratação estava em andamento nos autos SEI nº **00060.00106136/2020-61** e bem poderia atender à suposta necessidade de aquisição de novos testes, ao menos de parte da elevada quantia pretendida¹⁴.

Mais uma vez atuando em total descompasso com o interesse público, o denunciado **JORGE CHAMON** assinou outro projeto básico em **27/4/2020** (documento 39240864), agora nos autos SEI/SES nº **00060-00173692/2020-42** (3º procedimento licitatório), isto é, **12 dias** depois de iniciar a contratação no procedimento anteriormente citado. Também contendo o mesmo objeto das contratações anteriores, o quantitativo escolhido foi de 100.000 testes rápidos do tipo IgG/IgM. Enfatize-se que, neste procedimento, CHAMON reiterou a conduta criminosa ao novamente inserir as mesmas **informações inverídicas** no 'DOCUMENTO CONSOLIDADOR DE DEMANDA' (documento 39234602).

Note que a justificativa no projeto básico dos três primeiros procedimentos licitatórios possui o mesmo teor, isto é, **informações genéricas** e referência a documento que não trazia qualquer comprovação técnico-científica da necessidade do quantitativo solicitado¹⁵.” (fls. 11/13**, **grifos do original**)

(*) Processo GDF SEI nº 00060.00106136/2020-61



43. Por outro lado, deve-se debater a motivação (ou ausência desta) para as alterações decorrentes do Despacho do então Secretário de Estado de Saúde (Doc 38211340, pág. 613*), trecho a seguir transcrito, sobretudo na última versão do Projeto Básico (Doc 38254980, págs. 617/621*):

“(…) que seja encaminhado novo ofício para as empresas, solicitando que, em 24 horas, sejam realizadas novas propostas comerciais para 150.000 (cento e cinquenta mil) testes referentes ao item 1 deste processo. Caso haja mais de um vencedor, que seja autorizada a contratação dos mesmos, até o total de 300.000 (trezentos mil testes). O novo prazo de entrega do objeto deverá ser de 24 horas.”

44. Conforme visto, esse Despacho somente traz argumentos no sentido de possibilitar uma aquisição maior do item 1 (para até 300.000 unidades), ainda que sob uma argumentação que não se sustenta (existência de mais de um vencedor).

45. O que se viu a partir de então foi a alteração da demanda mediante a duplicação do quantitativo do item 1, de forma definitiva, independente da condição proposta pelo Secretário, e a exclusão do item 2, que possibilitaria a realização dos testes por meio de colheitas de amostras “swabs”, via nasofaringe, os quais apresentariam resultados em prazo bem mais curto, sem qualquer justificativa para tal.

46. A falta de argumentos técnicos para justificar essas alterações de quantitativos descumprem o que dispõe o inciso II¹⁴ do § 7º do art. 15 da Lei nº 8.666/1993 e o Princípio da Motivação dos Atos Administrativos (arts. 2º e 50 da Lei nº 9.784/1999¹⁵).

47. Os responsáveis pelas alterações decorrentes do Despacho do Secretário foram: a autora do Pedido de Aquisição de Material nº 5-20/PAM001586 (fl. 616*), Sra. Fernanda Georgia de Oliveira Andrade Yamada (matrícula 1681448-7) e as pessoas que subscrevem o Projeto Básico datado de 06/04/2020 (fls. 617/621*): Ana

¹⁴ “II - a definição das unidades e das quantidades a serem adquiridas em função do consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas de estimação;”

¹⁵ Recepcionada, no DF, mediante a Lei nº 2.834/2001.



Lúcia Guimarães de Souza (matrícula 1436385-2) – Membro da Comissão de Elaboração de Instrumento de Contratação; Jorge Antônio Chamon Júnior (matrícula 1435795-X) – Diretor do LACEN; e Eduardo Hage Carmo (matrícula 1689080-9) – Subsecretário de Vigilância à Saúde.

48. Assim, tendo em conta a definição de responsabilidades disposta na Matriz de Responsabilização (peça 33, e-DOC 2A05439E), entendemos necessário propor ao Tribunal:

- chamar em audiência as pessoas antes identificadas, com fundamento no que dispõe o inciso IV do art. 248 do RI/TCDF, para apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, razões de justificativa, acompanhadas de documentação comprobatória, pelas alterações procedidas no objeto da Dispensa de Licitação tratada no Processo SEI nº 00060-00106136/2020-61, em decorrência do Despacho do então Secretário de Estado de Saúde (doc 38211340), haja vista que essas alterações não guardam direta correlação com o mencionado Despacho, sob pena de aplicação da multa disposta no art. 57, II, da LC 01/1994, por descumprirem o que dispõe o inciso II do § 7º do art. 15 da Lei nº 8.666/1993 e o Princípio da Motivação dos Atos Administrativos (arts. 2º e 50 da Lei nº 9.784/1999);
- alertar ao titular da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que os projetos básicos ou termos de referência, relativos às contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência decorrente do coronavírus, devem:
 - observar que a presunção de limitação da contratação ao atendimento da situação de emergência, prevista no art. 4º- B, IV, da Lei nº 13.979/2020, não o isenta de estimar a quantidade necessária, com base em metodologia de cálculo objetiva, conforme previsto no art. 7º, § 4º e art. 15, § 7º, I e II, da Lei nº 8.666/1993;
 - conter a certificação do setor competente da SES/DF acerca da adequação orçamentária e financeira da despesa a ser realizada, nos termos do art. 4º-E, inciso VII, da Lei nº 13.979/2020; e

(*) Processo GDF SEI nº 00060.00106136/2020-61



- estar compatíveis com o ofício de solicitação de propostas e contemplar todos os elementos descritos no art. 4º-E, incisos I a VII, da Lei nº 13.979/2020.

49. No entanto, em relação à audiência antes destacada, entende-se que a mesma possa ser sobrestada para aguardar os deslindes da ação judicial abordada na presente Informação, até porque parte dos Justificantes se encontram presos. Nessa linha de entendimento o Tribunal deliberou, por exemplo, nas Decisões nºs 3385/2017 e 427/2017.

II.3. Da Escolha do Fornecedor/Direcionamento da Licitação

50. De acordo com a Informação nº 61/2020-DIASP3, os procedimentos de contratação adotados neste certame teriam comprometido a vantajosidade da aquisição.

51. Em síntese, o questionamento apresentado nessa Instrução se concentrou na aquisição do item 1¹⁶ da dispensa de licitação, uma vez que o item 2¹⁷ foi subtraído na última versão do Projeto Básico (Doc 38254980, págs. 617/621*).

52. Importante lembrar, ainda, que na mesma data em que foram adotadas medidas visando a alteração do objeto do certame (06/04/2020), a Diretoria de Aquisições Especiais (Doc 38199267, págs. 611*) havia comunicado que as propostas vencedoras para os itens 1 e 2 teriam recebido parecer técnico favorável do LACEN e que constava dos autos previsão orçamentária suficiente para as aquisições. Dessa forma, assim estariam configuradas as propostas vencedoras da penúltima versão do Projeto Básico (Doc 387690293, págs. 268/275*).

¹⁶ “Teste rápido para detecção qualitativa específica de IgG e IgM do COVID-19. Teste rápido, através da metodologia de imunocromatografia, destinado a detecção qualitativa específica de IgG e IgM do COVID-19, podendo ser utilizado em amostras de sangue total, soro e plasma”.

¹⁷ “Teste rápido qualitativo por fluorescência para detecção de antígenos de SARS-CoV-2 (COVID-19). Em amostras de swab nasofaringe e/ou orofaringe com resultados em até uma hora”.

**Tabela 3 – Propostas vencedoras da penúltima versão do Projeto Básico**

| Item | Quantidade | Propostas Vencedoras | Preço Unit (R\$) |
|------|------------|---|------------------|
| 1 | 150.000 un | PMH Produtos Médicos Hospitalares (fls. 336/337*) | 73,00 |
| 2 | 150.000 un | Methabio Farmacêutica do Brasil Ltda. (fls. 332/335*) | 160,00 |

53. Para exemplificar o comprometimento da vantajosidade da aquisição, referida Instrução comparou a proposta classificada em segundo lugar para o item 1, da empresa Methabio (Doc 38042526, págs. 332/335*), no valor unitário de R\$ 87,90, com a proposta vencedora da última versão do Projeto Básico, da empresa Precisa (Doc 38486881, págs. 836/837*), no valor de R\$ 139,90. Tal comparação decorre do fato de que a proposta da empresa Methabio ainda era válida e poderia complementar, junto com as unidades a serem fornecidas pela empresa PMH, as 300.000 unidades demandadas. A seguir, tabela que resume a diferença de valor entre essas propostas:

Tabela 4 – Comparativo entre as propostas das empresas Methabio x Precisa

| Propostas | Data | Preço Unit (R\$) |
|--------------------------|------------|------------------|
| Methabio (fls. 332/335*) | 01/04/2020 | 87,90 |
| Precisa (fls. 836/837*) | 10/04/2020 | 139,90 |

54. Assim, as 150.000 unidades adquiridas da empresa Precisa Medicamentos Ltda. (Doc 40001226, pág. 956*; Doc 40002945, pág. 958*) poderiam representar uma economia de R\$ 7.800.000,00¹⁸ (sete milhões e oitocentos mil reais), caso tivessem sido adquiridas junto à empresa Methabio Farmacêutica do Brasil Ltda.

55. Como visto anteriormente, a manifestação da SES/DF acerca dessa temática foi proferida pela SUAG. De maneira sucinta, pode-se assim resumir o que lá apresentou:

- diversas empresas desistiram de suas propostas ou foram consideradas incompatíveis com o Projeto Básico;

¹⁸ Resultado do seguinte cálculo: 150.000 * (R\$ 139,90 – R\$ 87,90).



- a coleta de propostas decorrente da penúltima versão do Projeto Básico não foi finalizada devido ao Despacho do então Secretário que teria determinado a realização de nova coleta, haja vista a necessidade de alterar o prazo de entrega para 24 horas e possibilitar o aumento de quantitativo para o item 1; e
- a empresa Methabio não elaborou proposta após a citada alteração no Projeto Básico e, por outro lado, não poderia aproveitar a proposta apresentada com base na versão anterior do Projeto Básico. Se assim procedesse, teria que possibilitar essa oportunidade a todas as empresas que participaram daquela coleta e a empresa Methabio não seria a possuidora do menor preço.

56. Por sua vez, em sua manifestação, a empresa Methabio destacou:

- encaminhou uma proposta para cada ofício recebido;
- até a data da dispensa de licitação era a única empresa com certificação e registro para fornecer o item 2. Ademais, seu método (detecção direta) demonstra o resultado em 30 minutos, sem a necessidade de transporte e de estruturas caras para suporte. Ainda acerca desse teste, informou que os preços de compras governamentais apresentados por esta Corte se referiam ao método RT-PCR, que apesar de ser mediante swab, demandam um tempo bem maior para apresentar os resultados; e
- apesar de não ter tido acesso às atas de validação técnica dos testes dessa dispensa de licitação, é sabido que muitas empresas iniciaram o certame com o processo de registro pendente na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa.

57. Acerca da alegação de que a proposta da empresa Methabio (Doc 38042526, págs. 332/335*) ou mesmo a da PMH (vencedora da seleção anterior) não atenderia o prazo demandado de 24h para entrega, a contar do dia seguinte à publicação do extrato da nota de empenho, cabe esclarecer:

- esse prazo foi demandado nos ofícios de solicitação de propostas que sucederam o Projeto Básico elaborado em 06/04/2020 (Doc 38254980, págs. 617/621*);

(*) Processo GDF SEI nº 00060.00106136/2020-61



- sem dúvida, a proposta da empresa Methabio encontrava-se de acordo com o Projeto Básico elaborado em 26/03/2020 (Doc 37690293, págs. 268/275*), que previa que a entrega deveria ocorrer de forma parcelada, sendo totalmente integralizada após 30 dias, da publicação do extrato da nota de empenho;
- considerando que a empresa Precisa somente forneceu os 150.000 testes em 12/05/2020 (Doc 41979461, pág. 1053*) e que em 06/04/2020 as condições relativas à coleta das propostas anteriores já se encontravam conclusas¹⁹ (Doc 38199267, pág. 611*), pode-se supor que haveria tempo suficiente para que o fornecimento da empresa Methabio ocorresse até 12/05/2020;
- se o interesse que fomentou a alteração do Projeto Básico fosse somente viabilizar a entrega em prazo mais curto, por qual razão a empresa que apresentou a melhor proposta (PMH) não foi questionada sobre a possibilidade de realizá-la no prazo demandado? e
- a restrição imposta pelo prazo de entrega limitou a competição e elevou sobremaneira o valor das propostas.

58. Aspecto importante a ser observado é que a inviabilização de contratação mais econômica para o Erário decorreu de ações do então Secretário de Estado de Saúde, que, em duas oportunidades (págs. 224/225* e 613*), atuou após a seleção das empresas no sentido de determinar a modificação do Projeto Básico e, por consequência, reabrir a tomada de propostas.

59. Conforme visto anteriormente (§ 37 desta Informação), de acordo com a Ação Penal, o então Secretário teria proposto a reabertura do certame de modo a oportunizar a apresentação de proposta, por parte de empresa que era de seu interesse se tornar vencedora.

60. Fortalece o entendimento de possível direcionamento no certame o fato de o Parecer Técnico do Diretor do LACEN não aprovar a habilitação da empresa PMH, vencedora daquela etapa da licitação (item 1), sob o argumento de a empresa

¹⁹ As propostas já se encontravam selecionadas, inclusive com parecer técnico favorável, e com informação de que haveria dotação orçamentária suficiente.



não possuir registro na Anvisa (págs. 602* e 608/609*), apesar de o mesmo constar do processo, conforme apontado pela Diretoria de Aquisições Especiais (págs. 604/607*). Registre-se que a contratação da PMH acabou não ocorrendo devido à reabertura da fase de apresentação das propostas, em razão do Despacho do então Secretário de Estado de Saúde (pág. 613*).

61. Ainda nessa linha de direcionamento da contratação, a Ação Penal identificou outras ocorrências merecedoras de destaque:

“Em todos os procedimentos, evidenciou-se o direcionamento das contratações. Para tanto, os membros da organização criminosa adotavam providências desde o início da dispensa de licitação. Nesse sentido, é possível notar a atuação concertada do grupo na concentração de atos administrativos capazes de vilipendiar o procedimento licitatório de acordo com a vontade da autoridade.

Foi o que ocorreu, por exemplo, no 1º procedimento licitatório (autos SEI/GDF nº **00060.00106136/2020-61**), quando o denunciado **JORGE CHAMON** indicou para a Gerência de Pesquisa de Preços - GEPP diversas empresas como **potenciais** fornecedoras dos produtos para a SES/DF (documento 37365867). Tal ato fugia às suas atribuições de Diretor do LACEN, pois esta incumbência era – e ainda é – reservada à Gerência de Pesquisa de Preços, sob a supervisão da Diretoria de Instrução para Aquisição – DIAQ, unidade diretamente subordinada à Subsecretaria de Administração Geral – SUAG¹⁶. Ou seja, o órgão responsável pela pesquisa de preço não tinha qualquer vínculo com o LACEN que pudesse justificar esse interesse do denunciado **JORGE CHAMON** de indicar tais empresas.”
(fl. 15, grifos do original)**

“Constatou-se, ainda, que a organização criminosa findava a dispensa de licitação somente no momento em que a empresa escolhida fora dos autos saísse vencedora. Sob esse ponto, é importante frisar que a investigação demonstrou o intenso trabalho de bastidores dos integrantes da organização criminosa e a prática de vários atos ilegais no curso dos procedimentos licitatórios.

Dentre os diversos subterfúgios operados pela organização criminosa, tem-se que, no 1º procedimento licitatório (autos SEI/GDF nº **00060.00106136/2020-61**), o feito estava caminhando para a fase final quando, de inopino e sem qualquer justificativa concreta aportada aos autos, o denunciado **FRANCISCO ARAÚJO FILHO**, valendo-se de informações genéricas, determinou a reabertura do prazo de apresentação das propostas apenas para os testes do tipo IgG e IgM (documento 38211340). Confira:”
(fl. 17, grifos do original)**

“Em nítida convergência de vontades, seguiram-se novo projeto básico capitaneado pelos denunciados **JORGE CHAMON** e **EDUARDO HAGE**

(*) Processo GDF SEI nº 00060.00106136/2020-61



(documento 38254980) e, logo após, ofício subscrito pelo denunciado **IOHAN STRUCK** de convocação das propostas (documento 38259460).

Com a apreensão do aparelho celular¹⁸ do denunciado **EDUARDO POJO**, constatou-se que, na realidade, essas medidas coordenadas ocorreram apenas porque a empresa de interesse do denunciado **FRANCISCO ARAÚJO** não havia apresentado proposta a tempo” (fl. 18**, grifos do original)

“Outra manobra adotada pela organização criminosa para direcionar as contratações era **limitar os participantes**, seja a partir de exíguo prazo entre a publicidade do edital de convocação e o recebimento de propostas, seja deixando de disponibilizar todas as informações pertinentes da contratação – como a não inserção do projeto básico no Diário Oficial -, seja utilizando feriados e finais de semana para a prática de atos relevantes no certame – como edital de convocação e apresentação de propostas – ou mesmo valendo-se de prazo extremamente curto para a entrega dos produtos.” (fl. 23**, grifos do original)

62. Ainda que as apurações decorrentes da Ação Penal sirvam para indicar a possível existência de uma organização criminosa, capitaneada pelo então Secretário de Estado de Saúde, esta análise deve adotar como razão de decidir as provas existentes nos autos e circunscrita ao Controle Externo.

63. Nesse sentido, a documentação juntada aos autos indica que a partir da atuação do então Secretário de Estado de Saúde, outras autoridades da Secretaria agiram na defesa de seus interesses.

64. Assim, tendo em vista que o tópico anterior (II.2. Da Definição do Objeto) já propõe a apresentação de razões de justificativa para as ações decorrentes do Despacho do então Secretário de Estado de Saúde, entende-se que para esse tópico (II.3. Da Escolha do Fornecedor/Direcionamento da Licitação) deva ser responsabilizado aquele que atuou diretamente no intuito de alterar a situação que se encontrava configurada (fornecimento do item 1 do certame, por parte da empresa PMH) e que pode gerar prejuízo ao Erário.

65. Do exposto, entende-se necessário propor ao Tribunal, com base no inciso IV do art. 248 do RI/TCDF, que chame o então Secretário de Estado de Saúde (Sr. Francisco Araújo Filho) para apresentar razões de justificativa, no prazo de 30 (trinta) dias, acompanhadas de documentação comprobatória, de modo a motivar sua

(*) Processo GDF SEI nº 00060.00106136/2020-61



atuação (documentos 37659798 e 38211340), após a seleção das empresas, no sentido de determinar a modificação do Projeto Básico e, por consequência, reabrir a tomada de propostas, fatos esses que podem gerar prejuízo ao Erário. Caso os esclarecimentos não sejam considerados procedentes, propõe-se a aplicação das multas previstas nos arts. 56 e 57, III, da LC nº 01/1994.

66. No entanto, na mesma linha defendida no § 49, entende-se que a audiência pode ser sobrestada para aguardar o deslinde da ação judicial abordada na presente Informação.

II.4. Da Justificativa de Preço

67. Retornando mais uma vez ao que foi apontado na Informação nº 61/2020-DIASP3, verificou-se que todos os preços públicos pesquisados foram caracterizados como não compatíveis com a demanda da SES/DF (Doc 37380452, págs. 28/32*), restando apenas os valores coletados com potenciais fornecedores para efeito da definição dos preços parâmetros. Tal metodologia, apesar de atender à exigência prevista no art. 4º-E, § 1º, inciso VI da Lei nº 13.979/2020, fragiliza a justificativa de preço.

68. Como resultado dessa metodologia, a SES/DF adotou como preço parâmetro para o item 1, o menor preço coletado (R\$ 112,00), admitindo pagar no máximo R\$ 209,25 (50% acima da mediana dos valores obtidos – R\$ 139,50), conforme planilha consolidada em 20/03/2020 (Doc 37399360, págs. 41* e 47/49*). Como essa metodologia teria se mantido, constatou-se na planilha de 27/03/2020 (Doc 37726953, pág. 281/283*), que o valor referencial passou para R\$ 110,00 e o máximo para R\$ 173,25.

69. De maneira diversa, o Corpo Técnico realizou pesquisa a procedimentos licitatórios ocorridos no mesmo período, também mediante Dispensa de Licitação, com quantitativos significativamente inferiores, que resultaram em preços menores, conforme segue:

(*) Processo GDF SEI nº 00060.00106136/2020-61


Tabela 5 – Preços públicos para o item 1, decorrentes de dispensa de licitação

| Compra | Qtd. | Valor Unitário (R\$) | Fornecedor | Órgão | Data da Compra ²⁰ |
|--------------|---------|----------------------|--|--|------------------------------|
| 00020/2020 | 500 | 94,90 | MEDLEVENSOHN COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA | COMANDO DO EXÉRCITO | 26/03/2020 |
| 00022/2020 | 500 | 94,90 | MEDLEVENSOHN COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA | COMANDO DO EXÉRCITO | 27/03/2020 |
| 00012/2020 | 50 | 99,00 | VITRO DIAGNOSTICA COMERCIO E SERVICOS DE MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS EIRE | COMANDO DO EXÉRCITO | 01/04/2020 |
| 00044/2020 | 200 | 94,10 | MEDLEVENSOHN COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA | COMANDO DO EXÉRCITO | 07/04/2020 |
| 00008/2020 | 1.000 | 94,10 | MEDLEVENSOHN COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA | DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ | 08/04/2020 |
| 00007/2020 | 103.220 | 79,98 | PMH PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA | EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES | 08/04/2020 |
| 00244/2020 | 1.000 | 69,00 | VYTTRA DIAGNOSTICOS IMPORTACAO E EXPORTACAO S.A. | CASA DA MOEDA DO BRASIL | 22/04/2020 |
| Média | | | | | R\$ 89,42 |

Fonte: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>. Consulta em 26/06/2020.

PT1, págs. 7/13 (e-DOC B5BF7914-e).

70. Destacou-se, ainda, na Informação nº 61/2020-DIASP3, que, com o aumento no quantitativo para 300.000 unidades, esperava-se que o valor contratado fosse inferior aos R\$ 139,90 obtidos pela empresa Precisa. Ademais, a análise dos autos teria permitido observar que essa empresa teria atuado como intermediária, pois subcontratou a importadora MEDLEVENSOHN para a entrega do produto (Doc

²⁰ Informações sobre a data da compra: <https://paineldeprescos.planejamento.gov.br/analise-materiais>



38353021, pág. 656*). Aliás, tal intermediação teria custado caro ao Governo do DF, pois conforme demonstra a tabela anterior, a aquisição direta à citada importadora teria custado menos de R\$ 95,00 ao Comando do Exército e à Polícia Rodoviária Federal.

71. De forma complementar, foi indicado que o Governo do Estado do Ceará, em licitação realizada em 23/3/2020, adquiriu 300.000 unidades de testes rápidos ao preço unitário de R\$ 47,46 (PT1, pág. 5 - e-DOC B5BF7914-e).

72. Para piorar, aquela Informação observou que os preços dos testes rápidos para a detecção da COVID-19 têm demonstrado tendência de queda, conforme dados obtidos de compras realizadas mediante a modalidade Pregão:

Tabela 6 – Preços públicos para o item 1, decorrentes de aquisições mais recentes que a DL nº 9/2020, realizadas mediante pregão

| Compra | Qtd | Valor Unitário (R\$) | Fornecedor | Órgão | Data da Compra |
|--------------|--------|----------------------|---|---------------------------------|------------------|
| 00017/2020 | 2.000 | 85,00 | BIOPLASMA PRODUTOS PARA LABORATORIO E CORRELATOS LTDA | COMANDO DO EXÉRCITO | 05/05/2020 |
| 00033/2020 | 600 | 78,00 | BIOPLASMA PRODUTOS PARA LABORATORIO E CORRELATOS LTDA | UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS | 06/05/2020 |
| 00007/2020 | 1.500 | 81,00 | RESENDE DIAGNOSTICOS EIRELI | COMANDO DO EXÉRCITO | 07/05/2020 |
| 00013/2020 | 1.000 | 89,00 | BIOPLASMA PRODUTOS PARA LABORATORIO E CORRELATOS LTDA | COMANDO DO EXÉRCITO | 18/05/2020 |
| 00014/2020 | 15.000 | 79,93 | MAGACHO IMPORTACAO & EXPORTACAO LTDA | ESTADO DE SANTA CATARINA | 18/05/2020 |
| 00023/2020 | 2.000 | 88,90 | MASTER DIAGNOSTICA PRODUTOS LABORATORIAIS E HOSPITALARE | COMANDO DO EXÉRCITO | 18/05/2020 |
| 00008/2020 | 1.000 | 75,00 | BIOPLASMA PRODUTOS PARA LABORATORIO E CORRELATOS LTDA | COMANDO DO EXÉRCITO | 20/05/2020 |
| 00028/2020 | 9.000 | 65,00 | LANG E FILHOS MATERIAL HOSPITALAR LTDA | COMANDO DO EXÉRCITO | 29/05/2020 |
| 00078/2020 | 2.250 | 56,88 | LYON PRODUTOS PARA SAUDE LTDA | ESTADO DO RIO DE JANEIRO | 03/06/2020 |
| 00006/2020 | 500 | 61,40 | M S BASTOS COMERCIO REPRESENTACOES LTDA | MINISTÉRIO DA SAÚDE | 15/06/2020 |
| Média | | | | | R\$ 76,01 |

Fonte: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>. Consulta em 01/07/2020.
PT1, págs. 14/23 (e-DOC B5BF7914-e).



73. De maneira similar, adotou o mesmo procedimento de análise para o item 2 e obteve os seguintes preços públicos:

Tabela 7 – Preços públicos para o item 2, decorrentes de dispensa de licitação

| Compra | Qtd | Valor Unitário (R\$) | Fornecedor | Órgão | Data da Compra |
|--------------------|-----------|----------------------|--|-----------------------|----------------|
| 00006/2020 | 200 | 94,10 | MEDLEVENSOHN COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA | COMANDO DO EXÉRCITO | 25/03/2020 |
| 00010/2020 | 100 | 85,00 | GRIMEXTUR - IMPORTACAO E EXPORTACAO DO BRASIL LTDA | COMANDO DO EXÉRCITO | 31/03/2020 |
| 00011/2020 | 100 | 85,00 | GRIMEXTUR - IMPORTACAO E EXPORTACAO DO BRASIL LTDA | COMANDO DO EXÉRCITO | 01/04/2020 |
| 00038/2020 | 4.000.032 | 52,00 | INSTITUTO DE BIOLOGIA MOLECULAR DO PARANA - IBMP | FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ | 05/05/2020 |
| Média (R\$) | | | | | 79,02 |

Fonte: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>. Consulta em 01/07/2020. PT1, págs. 24/27 (e-DOC B5BF7914-e).

Tabela 8 – Preços públicos para o item 2, decorrentes de aquisições mais recentes que a DL nº 9/2020, realizadas mediante pregão

| Compra | Qtd | Valor Unitário (R\$) | Fornecedor | Órgão | Data da Compra |
|--------------------|--------|----------------------|---|------------------------|----------------|
| 00005/2020 | 12.500 | 71,00 | BIOPLASMA PRODUTOS PARA LABORATORIO E CORRELATOS LTDA | ESTADO DE MINAS GERAIS | 06/04/2020 |
| 00003/2020 | 2.000 | 74,85 | DISTRIBUIDORA PARANHOS ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA | COMANDO DO EXÉRCITO | 13/04/2020 |
| Média (R\$) | | | | | 72,92 |

Fonte: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>. Consulta em 01/07/2020. PT1, págs. 29/30 (e-DOC B5BF7914-e).

74. Mais uma vez, a manifestação da SES/DF acerca desse tópico foi apresentada pela SUAG. Os principais argumentos lançados foram:

- a pesquisa de preço realizada pela SES/DF é datada de 20/03/2020, enquanto a realizada pelo Tribunal se refere ao período compreendido entre 26/03/2020 e 22/04/2020;



- destacou a volatilidade dos preços dos testes, ao longo dos meses, trazendo tabela com a evolução dos preços, sem informar a fonte;
- trouxe gráfico consolidado pela Controladoria Geral da União - CGU no intuito de demonstrar que outros estados da federação haviam realizado compras com valores superiores (Gráfico 1); e
- informou que o Secretário se utilizou da prerrogativa disposta no § 3º do art. 4º da Lei nº 13.979/2020, no sentido de possibilitar a contratação por valores superiores aos referenciais.

75. Acerca da alegação de que os preços públicos obtidos por esta Corte se referem a período distinto da estimativa elaborada pela SES/DF, cabe esclarecer que apesar de a primeira estimativa da SES/DF ter sido elaborada em 20/03/2020, a proposta da empresa Precisa que restou contratada é datada de 10/04/2020. Ademais, conforme apontado na Informação nº 61/2020-DIASP3, os preços dos testes caíram ao longo do tempo.

76. Com relação ao citado Gráfico confeccionado pela CGU, a despeito de a SES/DF mencionar a existência de valores de aquisição superiores aos obtidos pelo Governo do DF, há que se admitir que a grande maioria dos preços das compras realizadas por outras Unidades da Federação se encontravam em patamar inferior aos do Governo do DF.

77. No que cabe ao cálculo do prejuízo que poderá ser auferido pelo Erário, por tudo o que foi abordado no tópico anterior, discorda-se do posicionamento quanto ao preço utilizado para calcular o valor desse prejuízo, constante dos §§ 36 a 41 da Informação nº 61/2020-DIASP3 (peça 3, e-DOC B389BCF7), por se entender que o valor de referência deve ser aquele proposto pela empresa PMH (R\$ 73,00).

78. As razões que fundamentam o entendimento anterior são:

- a proposta de fornecimento da empresa PMH (Doc 38042574, fls. 336/337*), vencedora daquela fase de lances, diferentemente da proposta da empresa Methabio (Doc 38042526, fls. 332/335*), segunda classificada, chegou a ser concretizada (2020NE04019);

(*) Processo GDF SEI nº 00060.00106136/2020-61



- a proposta da PMH era a mais econômica para o Erário;
- ambas as propostas se encontravam válidas;
- ambas as propostas se basearam na versão do Projeto Básico (Doc 37690293, págs. 268/275*) que previa completa integralização da entrega no prazo de 30 dias. Com isso, levando em consideração que em 06/04/2020 a PMH já se encontrava em condições de ter o seu empenho emitido (Doc 38199267, pág. 611*), seria viável que a entrega ocorresse até 12/05/2020 (Doc 41979461, pág. 1053*), data da entrega procedida pela empresa Precisa; e
- a proposta da PMH previa a entrega de 150.000 unidades, quantidade que restou fornecida pela empresa Precisa²¹.

79. Assim, considerando a diferença entre o citado valor referencial e o valor proposto pela empresa Precisa (R\$ 139,90), a contratação desta empresa pode gerar prejuízo ao erário de R\$ 10.035.000,00 (dez milhões e trinta e cinco mil reais)²², em que pese a respectiva nota de empenho ainda não tenha sido liquidada, conforme tabela a seguir, que contempla o resumo dos empenhos emitidos:

Tabela 9 – Resumo dos empenhos emitidos para as despesas tratadas nestes autos

| Empenho Original | Valor (R\$) | Empresa Beneficiária | Situação |
|------------------|---------------|----------------------|--------------------------------|
| 2020NE03099 | 20.149.500,00 | Seletiva | Cancelado p/ 2020NE03176 |
| 2020NE03100 | 18.758.509,20 | Precisa | Cancelado p/ 2020NE04017 |
| 2020NE03101 | 2.226.490,80 | Precisa | Cancelado p/ 2020NE03885 |
| 2020NE03102 | 17.698.032,72 | Brasília | Cancelado p/ 2020NE03177 |
| 2020NE03103 | 7.051.967,28 | Brasília | Cancelado p/ 2020NE03178 |
| 2020NE03179 | 795.000,00 | Goyazes | Cancelado p/ 2020NE03522 |
| 2020NE03180 | 8.000.000,00 | Methabio | Cancelado p/ 2020NE03376 |
| 2020NE03181 | 3.650.000,00 | PMH | Cancelado p/ 2020NE04016 |
| 2020NE03524 | 795.000,00 | Goyazes | Cancelado p/ 2020NE04403 |
| 2020NE04018 | 18.758.509,20 | Precisa | Não foi nem liquidada nem paga |
| 2020NE04019 | 3.650.000,00 | PMH | Não foi nem liquidada nem paga |
| 2020NE04188 | 795.000,00 | Goyazes | Liquidada e Paga Integralmente |

²¹ Registre-se que a ideia constante da Informação nº 61/2020-DIASP3 foi no sentido de que, somadas as pretensas aquisições da PMH (150.000un) e da Methabio (150.000un), obter-se-ia as 300.000un pretendidas. Ocorre, que, mesmo depois das alterações procedidas pelo então Secretário da SES/DF, somente foram adquiridas 150.000un da empresa Precisa. Recorde-se, ainda, que a empresa PMH, vencedora da fase que previa a entrega de 150.000un, não chegou sequer a ser questionada sobre a possibilidade de fornecer 300.000un.

²² Memória de cálculo: Diferença entre os valores x quantidade adquirida = (R\$ 139,90 - R\$ 73,00) x 150.000 = 10.035.000,00.



80. Nesse passo, há de ser levado em consideração que todo o recurso envolvido é da União (fonte 138 – Recursos do Sistema Único de Saúde), o que pode gerar dúvida quanto à definição do Órgão competente para estancar ou buscar o ressarcimento desse possível prejuízo e apurar a responsabilidade dos que lhe deram causa.

81. Nesse sentido, a 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal, mediante Acórdão exarado em 28/10/2019, no MS nº 28.584/DF, decidiu:

- “1. Nos termos do art. 21, XIV, Compete à União organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio.
2. Os recursos destinados ao Fundo Constitucional do Distrito Federal pertencem aos cofres federais, consoante disposto na Lei 10.663/2002.
3. A competência para fiscalizar a aplicação dos recursos da União repassados ao FCDF é do Tribunal de Contas da União.
4. Agravo regimental a que se nega provimento.” (grifos nossos)

82. No entanto, o Superior Tribunal de Justiça – STJ, em recente deliberação, exarou Acórdão proferido em 16/06/2020²³, no Mandado de Segurança nº 61.997 – DF, cuja ementa é a seguinte:

- “1. Por força dos arts. 71 e 75 da Constituição Federal e do art. 78 da Lei Orgânica do Distrito Federal, o Tribunal de Contas do Distrito Federal tem competência para fiscalizar a aplicação de recursos federais repassados ao Distrito Federal.
2. Considerada a autonomia própria dos entes federados, a fiscalização, pelo Tribunal de Contas da União, dos recursos federais repassados ao Distrito Federal não impede a realização de fiscalização, pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, na aplicação desses mesmos recursos no âmbito deste ente, que, inclusive, tem pleno e legítimo interesse na regular prestação dos serviços de saúde no seu território.
3. No caso dos autos, o Tribunal de Justiça decidiu: “embora não se afaste a competência do Tribunal de Contas da União para a análise dos

23

https://processo.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1955325&num_registro=201903003100&data=20200618&formato=PDF



pagamentos efetuados à empresa impetrante, depreende-se que também é possível a apreciação da regularidade de tais pagamentos por parte do Tribunal de Contas do Distrito Federal, seja em virtude da determinação contida na decisão do TCU, acima transcrita, seja em razão da existência de diversos pagamentos comprovadamente realizados com recursos do Distrito Federal". (grifos nossos)

83. O caso analisado pelo STJ consistiu em recurso ordinário interposto por empresa contra Acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF/DF que havia denegado a segurança requerida pela empresa para anulação da Decisão nº 608/2018, deste Tribunal de Contas, a qual havia determinado a instauração Tomada de Contas Especial relativa ao Contrato nº 164/2011, firmado entre a SES/DF e a Intensicare Gestão em Saúde Ltda. Os pagamentos efetuados no referido ajuste derivaram tanto de fontes federais (138 e 338) quanto de fontes do tesouro do DF (fonte 100), o que configurou um dos motivos para que o TJDF/DF reconhecesse a competência do TCDF para apuração do prejuízo.

84. Não obstante, na análise do recurso ordinário pelo STJ, o Relator do feito entendeu que a competência do TCDF não deveria ser afastada nem mesmo no caso de eventual contrato se utilizar apenas de fontes federais, como se extrai do seguinte trecho:

“É certo, pois, que o Tribunal de Contas da União, por força de norma constitucional, tem competência para a fiscalização do uso dos recursos federais repassados a outros entes federados, como no caso; competência essa que não pode ser afastada por norma infraconstitucional (v.g.: ADI 1934, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 07/02/2019, DJe-039).

Porém, à luz do art. 75 da Constituição Federal, a competência do Tribunal de Contas da União não afasta a competência dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Distrito Federal, na hipótese desta estar delineada nas Constituições Estaduais ou na Lei Orgânica do Distrito Federal.

(...)

*Nesse contexto, considerada a autonomia própria dos entes federados, a fiscalização, pelo Tribunal de Contas da União, dos recursos federais repassados ao Distrito Federal não impede a realização de fiscalização, pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, **na aplicação desses mesmos recursos no âmbito deste ente, que, inclusive, tem pleno e legítimo interesse na regular prestação dos serviços de saúde no seu território.***

Nessa linha, desinfluyente o fato de os serviços prestados pela impetrante, em determinado período, terem sido pagos com recursos federais e/ou distritais, ou somente com recursos federais repassados, pois, em qualquer caso, pode a fiscalização externa do Tribunal de Contas do DF apreciar a



aplicação regular desses recursos, mormente na área de serviços públicos de saúde.” (grifos nossos)

85. Assim, o recente julgado do STJ indica que a competência para fiscalização dos recursos federais, mormente na área de serviços públicos de saúde, seria concorrente entre a União e os demais entes federados.

86. Importa ressaltar que o precedente do STJ corrobora o posicionamento desta Corte, firmado mediante o item II da Decisão nº 6.880/2003²⁴ e ratificado no Processo nº 27.452/2012, que tratou de consulta acerca da possibilidade de apuração de responsabilidade, em sede de TCE, no âmbito do GDF, em razão de irregularidades na **aplicação de recursos federais repassados voluntariamente a órgão/entidade distrital**.

87. Outrossim, extraem-se do voto condutor da Decisão 6.880/2003 as seguintes considerações:

“Todavia, apesar da possibilidade de fiscalização por ambos os Tribunais, entendo que em cumprimento aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, principalmente os da eficiência e economicidade, deve ser evitado a duplicidade da fiscalização. Não se admite, principalmente pela escassez de recursos públicos, que os dois órgãos de fiscalização demandem os mesmos esforços para atingir o mesmo resultado.”

88. Nesse sentido, por meio de consulta ao sítio do TCU, não se identificou processo autuado para apurar os fatos constantes destes autos, o que justifica a atuação desta Corte no assunto abordado nesse tópico, haja vista os indícios de prejuízo apontados nos §§ 77 a 79, bem como na Matriz de Responsabilização (peça 33, e-DOC 2A05439E), em que pese ainda não tenham ocorrido os pagamentos decorrentes dessa contratação, ou seja, o prejuízo ainda não se consumou.

89. Ato contínuo, considerando o que foi apontado anteriormente, propõe-se que seja concedida medida cautelar, com fundamento no art. 277 do RI/TCDF, de

²⁴ “II - firmar entendimento que, no caso de repasse voluntário de recursos pela União ao Distrito Federal, a competência para fiscalizar a aplicação de tais recursos é concorrente, pois a fiscalização cabe tanto ao Tribunal de Contas da União, por força do inciso VI do artigo 71 da Constituição Federal, como ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, segundo inteligência do inciso VII do art. 78 da Lei Orgânica do Distrito Federal;”



modo que eventuais pagamentos a serem realizados à empresa Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda., por conta do ajuste em exame, sejam limitados ao valor unitário de R\$ 73,00 (setenta e três reais). Na oportunidade, sugere-se que seja autorizado o envio de cópia dos autos ao TCU de modo que o mesmo tome conhecimento das questões aqui abordadas e adote os procedimentos que entender pertinentes.

III. Dos demais aspectos destacados na Ação Penal

90. Em que pese essa instrução tenha por base a Informação nº 61/2020-DIASP3 e os procedimentos decorrentes da Decisão nº 2748/2020, as constatações da Ação Penal contra 15 pessoas investigadas no âmbito da Operação “Falso Negativo” indicaram outras situações verificadas no Processo SEI GDF nº 00060-00106136/2020-61 que requerem registro.

91. A primeira, refere-se ao exíguo prazo entre a publicidade do edital de convocação e o recebimento das propostas, situação também relacionada com o possível direcionamento da licitação.

92. A esse respeito cabe citar a publicação do Aviso de Dispensa de Licitação publicado no DODF de 09/04/2020 (fl. 823*). Referido Aviso, subscrito pelo então SUAG define o recebimento das propostas até as 15h do dia seguinte e informa que o Projeto Básico (fls. 617/621*) e o Ofício de Convocação (fls. 819/822*) deverão ser solicitados por e-mail.

93. Se não bastasse o curtíssimo prazo para apresentação das propostas, dependente ainda da resposta do e-mail da SES/DF, o dia 10/04/2020 era feriado da Paixão de Cristo. Ademais, a alegada urgência não se justificou, uma vez que apesar de requerida a entrega dos produtos no prazo de 24h após a publicação do extrato da nota de empenho, o fornecimento da empresa Precisa somente ocorreu em 12/05/2020 (fl. 1053*), sem que a empresa tenha sofrido qualquer penalidade.

(*) Processo GDF SEI nº 00060.00106136/2020-61



94. Ainda que a Lei nº 8.666/1993, ou mesmo a Portaria²⁵ n.º 210/2017 – SES/DF, não definam prazo para esse procedimento, até pela sua característica excepcional (dispensa de licitação), é importante que haja um mínimo de razoabilidade na definição do prazo que envolve o período entre a publicação do aviso de convocação e a apresentação das propostas. Nesse sentido, propõe-se que o Tribunal emita alerta ao titular da SES/DF.

95. Outra situação verificada foi a entrega de material diverso da proposta comercial ofertada pela empresa Precisa.

96. Embora referida empresa tenha se comprometido a entregar testes da marca “Medtest” (fls. 836/839*), aprovado pela Anvisa, acabou entregando os da marca “Livzon”. Destaque-se que a emissão das notas fiscais eletrônicas nºs 426576 e 426577 ocorreu em 08/05/2020 (fls. 956* e 958*) e a entrega efetiva foi realizada em 12/05/2020 (fl. 960/966*).

97. Nessa mesma data consta posicionamento do Sr. Jorge Antônio Chamon Júnior, Diretor do LACEN, atestando a entrega e considerando as especificações do produto compatíveis com o Projeto Básico (fl. 961*), sem qualquer documentação que sustentasse seu posicionamento.

98. No dia seguinte, o SUAG (Sr. Iohan Andrade Sruck) autorizou a troca da marca dos testes (fls. 978/979*) e os procedimentos que decorreram com a emissão da nota de empenho 2020NE04018 (fl. 988*). Por outro lado, nessa mesma data (13/05/2020), o então Secretário de Estado de Saúde suspendeu a distribuição dos testes e determinou que a empresa encaminhasse laudo técnico que comprovasse a eficácia dos mesmos (fl. 980*).

99. Com base em laudo do Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde – INCQS (fls. 1011/1014*) e no posicionamento favorável do então Diretor do LACEN (fl. 1015*), o Secretário de Estado de Saúde, em 20/05/2020, autorizou a continuidade dos trâmites contratuais da empresa Precisa (fls. 1017/1018*).

²⁵ Estabelece o Regulamento de Contratações da SES/DF.



100. Há que se considerar que a justificativa apresentada pela contratada para a troca dos testes foi a publicação no DOU de 11/05/2020, de Resolução (1.457/2020) que interditou cautelarmente os testes da marca “Medtest”, justamente devido ao resultado insatisfatório identificado pelo INCQS.

101. Por outro lado, observa-se que o laudo fornecido pelo INCQS, favorável à marca “Livzon”, é de data posterior ao atesto dos produtos fornecidos pela empresa Precisa, razão pela qual entende-se necessário chamar em audiência o então Diretor do LACEN, Sr. Jorge Antônio Chamon Júnior, conforme detalhamento disposto na Matriz de Responsabilização (peça 33, e-DOC 2A05439E), para justificar a aceitação dos referidos testes, sem a comprovação da qualidade dos mesmos.

102. Registre-se, conforme justificado anteriormente, que essa audiência pode ser sobrestada até o deslinde das ações judiciais em trâmite.

IV. Dos Ofícios nºs 517/2020-CF (peça 24, e-DOC 0278E78F), 550/2020-CF (peça 31, e-DOC 3855D581) e 564/2020-CF (peça 32, e-DOC 8AAF4E5A)

103. Conforme destacado, foram juntados aos autos os Ofícios acima identificados, da lavra da Procuradora do MPJTCD, Dra. Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.

104. O primeiro noticiou que uma das empresas contratadas na Dispensa de Licitação em análise nestes autos, a Goyazes Biotecnologia Ltda. ME – GBIO, teve por sócio, no período de 2003 a 2008, o então Secretário de Estado de Saúde Interino, Sr. Osnei Okumoto, efetivado definitivamente no cargo em 18/09/2020.

105. A informação é reputada relevante pela nobre Procuradora, motivo pelo qual levou ao conhecimento deste Tribunal, ao tempo em que sugere que se ouça o Secretário, com ciência ao Governador do Distrito Federal, e retorno dos autos para que se delibere acerca do art. 44 da Lei Orgânica do TCD²⁶.

²⁶ Art. 44. No início ou no curso de qualquer apuração, o Tribunal, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, determinará, cautelarmente, o afastamento temporário do responsável, se existirem



106. O fato de o Secretário de Estado de Saúde ter sido sócio da referida empresa, há mais de dez anos atrás, por si só não configura irregularidade.

107. Tal informação demonstra relevância em face do desenrolar da apuração criminal, sobretudo se ficar demonstrado benefício na contratação da referida empresa.

108. Registre-se que a Informação nº 61/2020-DIASP3 não destacou ocorrências relacionadas à aquisição junto à empresa Goyazes, sobretudo tendo em conta sua baixa materialidade (R\$ 795.000,00).

109. Dessa forma, nesse momento processual e com os elementos até então existentes, não se vislumbra a necessidade de aplicação do art. 44 da Lei Complementar 01/1994.

110. De todo modo, tendo em conta que a acusação relacionada com os crimes praticados nesse Processo será apresentada tão logo se encerrem as investigações no PIC nº 08/2020-GAECO/MPDFT, propõe-se que seja dado conhecimento do conteúdo do Ofício nº 517/2020-CF e das demais apurações constantes destes autos ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT.

111. Quanto aos dois outros Ofícios, o primeiro, de nº 550/2020-CF (peça 31, e-DOC 3855D581), ao tempo em que encaminha o segundo, de nº 564/2020-CF (peça 32, e-DOC 8AAF4E5A), faz referência a denúncia que teria chegado na Ouvidoria acerca da fragilidade dos critérios para a realização dos testes, que supostamente estariam beneficiando amigos de servidores. Já o de nº 564/2020-CF, traz as petições iniciais

indícios suficientes de que, prosseguindo no exercício de suas funções, possa retardar ou dificultar a realização de auditoria ou inspeção, causar novos danos ao Erário ou inviabilizar o seu ressarcimento.

§ 1º Estará solidariamente responsável a autoridade superior competente que, no prazo determinado pelo Tribunal, deixar de atender à determinação prevista neste artigo.

§ 2º Nas mesmas circunstâncias deste artigo e do parágrafo anterior, poderá o Tribunal, sem prejuízo das medidas previstas nos arts. 60 e 61 desta Lei Complementar, decretar, por prazo não superior a um ano, a indisponibilidade de bens do responsável, tantos quantos considerados bastantes para garantir o ressarcimento dos danos em apuração.



das ações penais decorrentes das fases 2 (peça 30, e-DOC 1AA6E782) e 3 (peça 29, e-DOC 771362EE) da já citada “Operação Falso Negativo”.

112. A esse respeito, cabe destacar que:

- a questão dos critérios para a realização dos testes não é atinente ao assunto abordado nestes autos;
- a ação penal relacionada com a fase 2 da citada operação já havia sido considerada na instrução por conta da juntada do e-DOC 9188A024 (peça 28); e
- a ação penal decorrente da fase 3 não traz novidades quanto a informações relacionadas com o Processo nº 00060.00106136/2020-61.

V. Da Conclusão

113. Trata-se do exame das informações apresentadas pela SES/DF e pela empresa Methabio Farmacêutica do Brasil Ltda., em atendimento à Decisão nº 2748/2020. Na oportunidade, abordou-se os Ofícios nºs 517, 550 e 564/2020-CF e os demais aspectos relacionados com o Processo nº 00060.00106136/2020-61, tratados na Ação Penal ajuizada contra as 15 pessoas investigadas no âmbito da Operação “Falso Negativo”.

114. Tomando por base a análise realizada na Informação nº 61/2020-DIASP3, analisaram-se os pontos destacados da aquisição decorrente da Dispensa de Licitação nº 9/2020, que objetivava a aquisição em caráter emergencial de teste rápido para detecção qualitativa específica de IgG e IgM da COVID-19, e concluiu-se o que segue.

Da Fundamentação para a Dispensa de Licitação

115. Esta análise referendou a proposta contida na Informação nº 61/2020-DIASP3, no sentido de considerar aceitável a adoção dessa forma de contratação, ao tempo em que propõe, com algum ajuste redacional, alertas ao titular da SES/DF para a instrução de processos com fundamento no Parecer Referencial nº 013/2020 - PGDF/PGCONS.

(*) Processo GDF SEI nº 00060.00106136/2020-61



Da Definição do Objeto

116. Embora se reconheça a dificuldade de estimar o quantitativo necessário de testes a realizar, sobretudo em razão de todas as circunstâncias geradas por uma pandemia decorrente de uma doença nova, ficou clara a deficiência de elementos técnicos para subsidiar as tomadas de decisão. Mais, com subsídio na Ação Penal, há indícios de que os interesses particulares da cúpula da SES/DF, na gestão do Sr. Francisco Araújo Filho, se sobrepuseram.

117. Além de alertas ao titular da SES/DF sobre a elaboração de projetos básicos/termos de referência, entendeu-se necessário o chamamento de audiências. No entanto, dado que a acusação relacionada com os crimes praticados no Processo nº 00060.00106136/2020-61 será apresentada tão logo se encerrem as investigações no PIC nº 08/2020-GAECO/MPDFT, propõe-se que a referida audiência seja sobrestada para aguardar os deslindes da ação judicial.

Da Escolha do Fornecedor/Direcionamento da Licitação

118. Aqui ficou demonstrada a participação direta do então Secretário da SES/DF no certame, uma vez que o mesmo determinou, em duas oportunidades, a reabertura das propostas, após a seleção das empresas vencedoras do certame. Participação essa que pode gerar prejuízo ao Erário.

119. Apesar de se entender necessária a realização de audiência, com fundamento na execução de ato antieconômico, na mesma linha defendida no tópico anterior, entende-se que a audiência pode ser sobrestada para aguardar o deslinde da ação judicial abordada na presente Informação.

Da Justificativa de Preço

120. Conforme apontado anteriormente, a atuação da gestão da SES/DF pode trazer prejuízo ao Erário, estimado em R\$ 10.035.000,00 (dez milhões e trinta e cinco mil reais). Discutiu-se a questão da competência do Tribunal para propor a liminar que pretende estancar o prejuízo apontado, bem como para abrir a TCE correspondente, concluindo, ao final, pela sua possibilidade. Ademais, tendo em vista que o empenho emitido à empresa Precisa ainda não havia sido liquidado e pago, sugeriu-se a concessão de medida cautelar no intuito de limitar os pagamentos a



serem realizados a essa empresa, por conta da dispensa de licitação em análise, ao valor unitário de R\$ 73,00 (setenta e três reais).

Dos Outros Aspectos da Ação Penal

121. Diante das apurações registradas na Ação Penal, identificaram-se dois aspectos que não foram tratados na Informação nº 61/2020-DIASP3 e que mereceram destaque nesta instrução.

122. O primeiro, refere-se ao curtíssimo prazo entre a publicação do Aviso de Convocação e a data para apresentação das propostas. Em que pese os normativos não definam esse prazo, para os casos de dispensa de licitação, deve ser alertado à SES/DF que esse prazo deve ser o mínimo suficiente para que a competitividade do certame não seja comprometida.

123. O outro, foi a entrega, por parte da empresa Precisa, de material diverso da proposta comercial, atestado pelo então Diretor do LACEN, sem os elementos que justificassem a qualidade dos novos testes. Por esse motivo, entende-se necessária a realização de audiência do Sr. Jorge Antônio Chamon Júnior, que deve ser sobrestada em razão das ações judiciais em trâmite.

124. Por fim, com relação aos Ofícios encaminhados pela Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, cabe o registro de que uma das empresas contratadas na Dispensa de Licitação em análise nestes autos, a Goyazes Biotecnologia Ltda. ME – GBIO, teve por sócio, no período de 2003 a 2008, o atual Secretário de Estado de Saúde (Sr. Osnei Okumoto). Acerca da questão, entende-se que os elementos até então existentes não são suficientes para a aplicação do art. 44²⁷ da Lei Complementar 01/1994. Por outro lado, tal informação pode ser útil para as apurações procedidas pelo MPDFT, razão pela qual se propõe que seja dado conhecimento do conteúdo do mencionado Ofício àquele Órgão Ministerial.

²⁷ Art. 44. No início ou no curso de qualquer apuração, o Tribunal, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, determinará, cautelarmente, o afastamento temporário do responsável, se existirem indícios suficientes de que, prosseguindo no exercício de suas funções, possa retardar ou dificultar a realização de auditoria ou inspeção, causar novos danos ao Erário ou inviabilizar o seu ressarcimento.



VI. Das Sugestões

114. Diante do exposto, sugere-se o encaminhamento dos autos ao Eg. Plenário, propondo:

I – tomar conhecimento:

- a) do Ofício nº 5181/2020-SES/GAB (peça 16, e-DOC 19E7AE14) e dos demais documentos que o acompanham (peças 17, 18 e 19);
- b) da manifestação ofertada pela empresa Methabio Farmacêutica do Brasil Ltda. EPP (peça 15, e-DOC E984745D);
- c) dos Ofícios nos 517/2020-CF (peça 24, e-DOC 0278E78F), 550/2020-CF (peça 31, e-DOC 3855D581) e 564/2020-CF (peça 32, e-DOC 8AAF4E5A);
- d) da Ação Penal ajuizada em face da denominada “Operação Falso Negativo” (peça 27, e-DOC 9188A024);
- e) da Informação 96/2020 (peça 34, e-DOC 7EDEC4AE);

II – conceder medida cautelar, com fundamento no art. 277 do RI/TCDF, de modo a determinar à SES/DF que os pagamentos a serem realizados à empresa Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda., por conta da Dispensa de Licitação nº 9/2020 (Processo SEI GDF nº 00060.00106136/2020-61), sejam limitados ao valor unitário de R\$ 73,00 (setenta e três reais);

III – autorizar o envio de cópia dos presentes autos ao:

- a) Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT de modo a subsidiar as apurações que ocorrem no âmbito da denominada “Operação Falso Negativo”, sobretudo quanto à acusação relacionada com os crimes praticados no Processo nº 00060.00106136/2020-61;
- b) Tribunal de Contas da União - TCU para ciência acerca das questões aqui abordadas e para adoção das medidas que entender pertinentes, no âmbito da Dispensa de Licitação nº 9/2020, sob a gestão da Secretaria de Estado de Saúde do DF – SES/DF;

IV – sobrestar as audiências discriminadas na Matriz de Responsabilização (peça 33, e-DOC 2A05439E), até o deslinde da ação penal que apurará a acusação relacionada com os crimes praticados no Processo nº 00060.00106136/2020-61;

(*) Processo GDF SEI nº 00060.00106136/2020-61



V – alertar ao titular da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que:

- a) os projetos básicos ou termos de referência, relativos às contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência decorrente do coronavírus, devem:
 - a.1) observar que a presunção de limitação da contratação ao atendimento da situação de emergência, prevista no art. 4º- B, IV, da Lei nº 13.979/2020, não o isenta de estimar a quantidade necessária, com base em metodologia de cálculo objetiva, conforme previsto no art. 7º, § 4º e art. 15, § 7º, I e II, da Lei nº 8.666/1993;
 - a.2) conter a certificação do setor competente da SES/DF acerca da adequação orçamentária e financeira da despesa a ser realizada, nos termos do art. 4º-E, inciso VII, da Lei nº 13.979/2020;
 - a.3) estar compatíveis com o ofício de solicitação de propostas e contemplar todos os elementos descritos no art. 4º-E, incisos I a VII, da Lei nº 13.979/2020;
- b) na instrução de processos com fundamento no Parecer Referencial nº 013/2020 - PGDF/PGCONS, devem constar:
 - b.1) cópia integral deste Parecer Referencial com as cotas de aprovação do Procurador-Chefe e do Procurador-Geral do Distrito Federal ou do Procurador-Geral Adjunto;
 - b.2) declaração da autoridade competente para a prática do ato de que a situação concreta se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial e que serão observadas suas orientações, conforme modelo anexo à Portaria PGDF nº 115/2020;
- c) em que pese os normativos não definam prazo entre a publicação do Aviso de Convocação e a data para apresentação das propostas, para os casos de dispensa de licitação, esse prazo deve ser o mínimo suficiente para que a competitividade do certame não seja comprometida;

VI – autorizar:

- a) o encaminhamento de cópias do Voto e da Decisão a ser proferida à Secretaria de Estado de Saúde do



Distrito Federal, para fins de subsidiar o atendimento da deliberação contida no item precedente e às empresas METHABIO FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA – EPP, para conhecimento, e PRECISA COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA. para, querendo, se manifestar no prazo de 30 (trinta) dias;

- b) autorizar o retorno dos autos à SEASP para análise do mérito da liminar a que se refere o item II, destas sugestões.

À consideração superior.

Ronaldo Mourão Pereira
Matr. 667-0

Senhor Secretário,

De acordo com a Instrução e com as sugestões propostas.

Terceira Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais
e Segurança Pública, 4 de novembro 2020.

HENRIQUE EDUARDO DE OLIVEIRA
Diretor